

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Especialização em História, Historiografia e Culturas Políticas**

**JOÃO GOULART E O POPULISMO - A CONSTRUÇÃO DE UMA
REPRESENTAÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO MÉDIO**

Ingrid Martins Coura

Belo Horizonte

2014

Ingrid Martins Coura

**JOÃO GOULART E O POPULISMO - A CONSTRUÇÃO DE UMA
REPRESENTAÇÃO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO MÉDIO**

*Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História,
Historiografia e Culturas Políticas da Universidade Federal de
Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista.*

Orientadora: Miriam Hermeto Sá Motta

Belo Horizonte

2014

*Ao James, obrigada pelo carinho, pela paciência
e por sua capacidade de me trazer paz.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, Paulo e Nilcia, pelo amor e apoio incondicional que me dedicam. Sem vocês não teria chegado até aqui. De você, pai, carrego uma sabedoria simples, mas valiosa: *saber não ocupa espaço*. É isso que me motiva a saber cada vez mais.

Ao James, que faz parte da minha vida há tanto tempo, que sempre me apoiou, me ouviu e me confortou nos momentos mais difíceis, tanto da graduação quanto da especialização. Obrigada por partilhar da minha vida e deixa-la mais leve, e obrigada por me permitir partilhar da sua também.

Aos amigos que fiz durante a graduação e a especialização, sem vocês a carga seria mais pesada.

Aos amigos da UFMG, em especial aos amigos que fiz no tempo que passei na DLEG, Isabella Tibúrcio, Pablo Rezende e Fernanda Bernucci, estudar e trabalhar não é tarefa fácil, mas vocês me mostraram que com força e perseverança alcançamos nossos objetivos. Um agradecimento mais do que especial a Iara Malta, que me apoiou nos momentos em que estava uma “pilha de nervos” por conta da pesquisa e da escrita.

A todos os professores da UFMG com quem tive o privilégio de ser aluna. O curso de História ampliou meu horizonte para a vida e me transformou em uma pessoa mais crítica do meu lugar social.

A Miriam Hermeto, pela paciência nesse longo processo de escrita; a jornada foi longa, mas conseguimos.

Por último, mas não menos importante, a minha querida Tia Luzia. Vou brilhar, hoje e sempre, e sei que você sempre está ao meu lado!

SUMÁRIO

1 Introdução: João Goulart na historiografia e nos livros didáticos	6
2 Trajetória política de Goulart nos livros didáticos	16
2.1 Ministro do Trabalho	17
2.2 Vice-presidente	24
3 Governo Goulart: crise do populismo?.....	40
4 Conclusão	57
Referências	60
Fontes.....	60
Bibliografia	61

1 Introdução: João Goulart na historiografia e nos livros didáticos

O Golpe Militar de 1964, que depôs o presidente João Goulart, acabou de completar cinquenta anos. Efemérides assim, muitas vezes, surgem como motivação para a pesquisa sobre o tema, vide os quarenta anos do golpe, que representaram um impulso para novos debates historiográficos sobre o mesmo e a ditadura que o seguiu. Como resultado desse ímpeto, a título de exemplo, podemos citar os livros organizados por Carlos Fico¹ e por Daniel Aarão Reis, Marcelo Ridenti e Rodrigo Sá Motta².

Os historiadores Carlos Fico, Marcelo Badaró Mattos e Lucília Delgado fizeram importantes balanços da produção sobre o período. Fico, em seu livro *Além do Golpe*³, demonstrou que as primeiras produções sobre o golpe e a ditadura foram trabalhos de jornalistas e publicações de memórias de militares e de militantes de esquerda, enquanto que parte significativa das análises acadêmicas, até os anos 1990, foi feita por cientistas políticos. Sobre a baixa atuação dos historiadores, até a década de 1990, nesse campo, Fico destaca como algumas causas o fato de a pesquisa histórica ter sido estruturada no país apenas na década de 1970; nos anos 1980 além de interesse por outros temas, havia a falta de arquivos disponíveis.

Mattos⁴ e Delgado⁵ fizeram balanços sobre a produção historiográfica recente e chegaram a conclusões semelhantes. Para Mattos (2008, p 245), em grande parte dos estudos publicados até então, o governo Goulart foi analisado no bojo do processo que culminou com o golpe, visão que é corroborada por Delgado (2010 e 2012), ao afirmar que, se é vasta a produção acadêmica sobre o golpe e a ditadura, contudo, o mesmo não se pode dizer da produção sobre a trajetória política de João Goulart e seu governo. Lucília Delgado ressalta que ainda é pouco expressiva a produção historiográfica que trata especificamente da trajetória política de Goulart.

¹ FICO, Carlos; et al (Orgs.). *40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

² REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

³ FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. 2 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2012.

⁴ MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 245-263, 2008.

⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Revista Tempo*. [Rio de Janeiro]. vol. 14, nº 28, p.123-143, jun 2010. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. *Revista Graffia*. Colômbia, v. 9, p. 176, 2012.

Ambos afirmam que os anos de 2004 – quarenta anos do golpe; e 2006 – trinta anos da morte de Goulart, foram importantes para o debate acadêmico sobre o golpe e a ditadura militar, mas, sobretudo pelo início de pesquisas acadêmicas mais aprofundadas sobre a figura e trajetória política de João Goulart. Dentre esses trabalhos podemos destacar os seguintes livros: *João Goulart entre a memória e a história*, organizado por Marieta de Moraes Ferreira⁶; *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*, de Rodrigo Sá Motta⁷; *Jango as múltiplas faces*, de Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira⁸; e *João Goulart uma biografia*, de Jorge Ferreira⁹. Esses livros são alguns exemplos de que há na historiografia, especialmente na última década, uma preocupação em compreender o papel de João Goulart no contexto político de 1945 a 1964, época em que Jango atuou politicamente e exerceu liderança no Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

Marieta de Moraes Ferreira (2006) afirma que, ao contrário do que aconteceu a Vargas e Kubitschek, a memória de Goulart ainda não foi atualizada e revitalizada pela mídia, permanecendo uma imagem muito negativa, fruto do posicionamento político-ideológico ocorrido no final de seu governo. Jorge Ferreira (2011) corrobora essa ideia ao afirmar que a permanência dessa imagem negativa impede que Goulart faça parte da memória oficial e popular. Esse autor também expõe que após o golpe militar de 1964 uma determinada versão sobre João Goulart surgiu e se consolidou. Os vitoriosos, militares e seus aliados civis, passaram a propagar que tudo antes do golpe era “corrupção, demagogia, caos econômico e subversão da ordem” (FERREIRA, 2011, p11). A esquerda revolucionária também renegou a memória do presidente e passou a interpretar o apoio dos trabalhadores e do movimento sindical, a João Goulart, como peleguismo e paternalismo. Assim, a memória de Goulart ficou “encapsulada” no episódio da crise política e do golpe:

(...) Jango foi protagonista de um momento de grave crise política, tendo sido deposto do cargo de presidente da República por militares e civis. A partir daí, a memória sobre ele ficou encapsulada nesse episódio. Tratou-se de fato histórico determinante para a maneira como, a seguir, ele passou a ser lembrado. Toda a sua trajetória pessoal e política ficou circunscrita aos dois dias do golpe. Esse se tornou o “seu lugar” – um “não lugar” – na memória e na história do Brasil. (FERREIRA, 2011, p.11-12)

Dessa forma, os trabalhos historiográficos anteriormente citados são fundamentais para o resgate de memória, da trajetória política e melhor compreensão desse importante personagem, que ocupou diversos cargos enquanto político, como Ministro do Trabalho em

⁶ FERREIRA, Marieta (Coord). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

⁷ MOTTA, Rodrigo P. Sá. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

⁸ GOMES, Angela Maria de Castro. FERREIRA, Jorge. *Jango as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

⁹ FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

1953/54, líder do Partido Trabalhista Brasileiro/PTB, duas vezes vice-presidente e Presidente da República.

Se já há na historiografia, há quase uma década, um maior número de publicações sobre Goulart, será que essa produção afetou de alguma forma a memória popular sobre o mesmo? Para Ferreira (2011, p. 11), a mídia não dá destaque a esse tema e os livros didáticos lhe dedicam poucas linhas. Sendo historiador e escritor de livro didático¹⁰, sua fala é um bom exemplo para demonstrar a distância entre o resgate da memória de Jango e a forma como o mesmo é representado nos livros didáticos.

Recentemente, com a criação da Comissão Nacional da Verdade¹¹, o debate sobre João Goulart, em especial a investigação sobre sua morte, vem ganhando destaque em parte da mídia brasileira. Contudo, o espaço dedicado a esse tema ainda é pequeno, não alcançando grande repercussão junto ao grande público.

A representação de Goulart nos livros didáticos também vem sendo analisada por outros historiadores. Podemos destacar três artigos que Mateus Henrique de Faria Pereira publicou, em parceria com outros autores, analisando a representação de Jânio Quadros e João Goulart e do Golpe de 1964. No primeiro artigo que encontramos, “ENTRE LOUCOS E FRACOS: Jânio Quadros e João Goulart em livros didáticos de história (1973-2006)”, Mateus Pereira e Andreza Pereira analisaram livros didáticos produzidos entre 1973 a 2006, buscando as representações acerca de Jânio Quadros e João Goulart, percebendo um imaginário recorrente nas obras em questão. Em geral, o caráter imprevisível e particularista de Jânio Quadros é o mais frequente, bem como a “personalidade dúbia e fraca de João Goulart”, sendo que essas visões praticamente não sofreram mudanças nos livros didáticos analisados.

No segundo artigo, “Os sentidos do Golpe de 1964 nos livros didáticos de história (1970-2000): entre continuidades e discontinuidades”, Mateus Pereira e Andreza Pereira concentram as análises na construção e produção de sentido para o golpe, procurando verificar quais “origens” comumente aparecem nos livros didáticos. Os autores perceberam a recorrência de algumas “origens”, como a crise econômica, política e social, a renúncia de Jânio Quadros, a crise do populismo, entre outras. Além disso, perceberam que o uso do par “causa/consequência” ainda é recorrente nos textos didáticos sobre o período, proporcionando

¹⁰ Jorge Ferreira é um dos autores do livro *História: o mundo por um fio*. Ensino Médio. São Paulo: Saraiva, 2010. 1ª ed.

¹¹ A Comissão Nacional da Verdade foi criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. (<http://www.cnv.gov.br/index.php>)

uma ideia de inevitabilidade do movimento civil-militar, que é comumente apresentado como uma consequência lógica das ações de João Goulart.

No último trabalho consultado, “O ensino de história entre o dever de memória e o trabalho de memória: representações da Ditadura Militar em livros didáticos de história”, Mateus Henrique e Miriam Hermeto analisaram os livros didáticos a partir de duas escalas de observação: a arte engajada e o Golpe de 1964. Em relação à segunda escala, os autores perceberam permanência de três causas para o Golpe, sendo elas a renúncia de Jânio Quadros, a política nacionalista de João Goulart e os conflitos entre a esquerda e a direita no período, causas que, de certa forma, já haviam sido apresentadas e discutidas nos trabalhos anteriores de Pereira. Um ponto novo nesse trabalho foi a análise de várias coleções e/ou edições de um autor, nas quais perceberam continuidades e mudanças em alguns textos, mostrando assim a influência de fatores como a revisão bibliográfica promovida por historiadores, os projetos editoriais envolvidos, as parcerias estabelecidas, a demanda social escolar e as posições teóricas desses autores na reescrita da literatura escolar.

A partir da análise dos artigos realizada acima, gostaríamos de expor o livro didático como um importante objeto de pesquisa. Utilizando a definição apresentada por Itamar Freitas (2009), iremos tomar por livro didático um artefato impresso em papel, que veicula imagens e textos em formato linear e sequencial, planejado, organizado e produzido especificamente para uso em situações didáticas, envolvendo predominantemente alunos e professores, e que tem a função de transmitir saberes circunscritos a uma disciplina escolar. Ao visualizar os dois destinatários finais, o professor e o aluno, Freitas pressupõe, no mínimo, seis funções para o livro didático, sendo elas: reproduzir ideologia; difundir currículo oficial; condensar princípios e fatos das ciências e referências; guiar o processo de ensino; guiar o processo de aprendizagem; possibilitar formação continuada. Para os fins dessa monografia, vamos nos concentrar, sobretudo, nas três primeiras funções, sem nos restringirmos a elas.

Para Choppin, os livros didáticos exerceram e ainda exercem um forte papel na unificação, na uniformização nacional, linguística, cultural e ideológica. Em outra passagem, o autor deixa ainda mais clara a importância desses livros para o estabelecimento de uma imagem da sociedade:

Conclui-se que a imagem da sociedade apresentada pelos livros didáticos corresponde a uma reconstrução que obedece a motivações diversas, segundo época e local, e possui como característica comum apresentar a sociedade mais do modo como aqueles que, em seu sentido amplo, conceberam o livro didático gostariam de que ela fosse, do que como ela realmente é. Os autores de livro didático não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o de agente. O livro didático não é

um simples espelho: ele modifica a realidade para educar novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável, as ações de contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados. E os historiadores se interessam justamente pela análise dessa ruptura entre a ficção e o real, ou seja, pelas intenções dos autores. (CHOPPIN, 2004, p. 557)

Sendo assim, percebemos que Freitas e Choppin partilham ideias semelhantes, de que os livros didáticos difundem valores, imaginário, comportamentos. E Choppin vai além: mais do que um veículo, os livros didáticos são produtores de um imaginário social. Para Choppin, os historiadores devem se interessar não apenas por aquilo que os livros didáticos divulgam, mas também pelo que eles silenciam, “pois se o livro didático é um espelho, pode ser também uma tela”, ou seja, devemos investigar qual a representação de sociedade apresentada por esses livros, quem fomos, ou quem deveríamos ter sido, bem como quem somos, ou quem deveríamos ser.

Circe Bittencourt também entende os livros didáticos como “veículo de um sistema de valores, de ideologias, de uma cultura de uma determinada época e sociedade.” (BITTENCOURT, 2004, p. 302). Mas também destaca sua dimensão mercadológica, por estarem ligados à lógica do mercado editorial e da indústria cultural, ainda mais no Brasil, onde a venda de livros didáticos corresponde, desde 1996, a mais de 60% do mercado editorial¹², fato que se agrava ao lembrarmos que o próprio Estado brasileiro é o maior consumidor desse material.

No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN's, e o Programa Nacional do Livro Didático, PNLD, estabelecem normas e critérios para a elaboração dos materiais didáticos, sua aquisição pelo Estado e distribuição gratuita nas escolas públicas. Sendo assim, de acordo com Bittencourt, por estabelecer o currículo mínimo, bem como as regras para aquisição dos livros didáticos e os critérios de avaliação dos mesmos, o Estado brasileiro se faz presente neste material, e torna o livro didático um elemento primordial na constituição dos saberes escolares, conforme se pode observar na passagem abaixo:

[O Livro Didático] Constitui também um suporte de conhecimentos escolares propostos pelos currículos educacionais. Essa característica faz que o Estado esteja sempre presente na existência do livro didático: interfere indiretamente na elaboração dos conteúdos escolares veiculados por ele e posteriormente estabelece critérios para avaliá-los, seguindo, na maior parte das vezes, os pressupostos dos currículos escolares institucionais. Como os conteúdos propostos pelos currículos são expressos pelos textos didáticos, o

¹² CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, p. 549-566, set./dez. 2004, p. 551.

livro torna-se um instrumento fundamental na própria constituição dos saberes escolares. (BITTENCOURT, 2004, p. 301)

Mais do que difundir o currículo oficial, como o proposto por Freitas, e constituir os saberes escolares, conforme Bittencourt, não seria o livro didático um veículo de valores, imaginário e ideologia do próprio Estado? Fazemos este questionamento devido à forte dependência das editoras quanto ao Governo, uma vez que para permanecerem no mercado, elas precisam se adequar ao que é exigido pelo Ministério da Educação, MEC. Sabemos da independência dos autores, e da própria editora, na elaboração desses materiais, mas não podemos nos esquecer da dimensão mercadológica, e com isso uma, mesmo que relativa, subordinação aos interesses do Estado.

Ainda de acordo com Bittencourt, outra importância do livro didático, em especial o de História, é a “explicitação e sistematização de conteúdos históricos provenientes das propostas curriculares e da produção historiográfica” (BITTENCOURT, 2004, p. 313), sendo o principal responsável pela concretização dos conteúdos históricos escolares. Segundo Miranda e Luca (2004, p. 134), o livro didático de história é uma das mais importantes formas de currículo semi-elaborado, criado a partir de distintas visões e recortes acerca da cultura, e carregam consigo “múltiplas possibilidades de organização dessa relação entre o que é, o que pode ser e o que deveria ser aprendido em relação à disciplina.”

Concordamos com Munakata, ao afirmar que “a história que é pesquisada nas universidades pelos historiadores de ofício é diferente da história que é narrada nos livros didáticos e que é ensinada nas escolas” (MUNAKATA, 1998, p. 294), e por isso acreditamos ser de suma importância o estudo dos livros didáticos de história, para compreendermos as convergências e/ou divergências entre a história acadêmica e a história escolar. Bittencourt (2004, p.304), ao citar Carlos Visentini, lembra a importância que os livros didáticos possuem no processo “de criação e cristalização de uma memória, na consolidação de determinados fatos considerados fundamentais nas mudanças da nossa sociedade.”

Após apresentarmos, de forma breve, a relevância dos estudos sobre os livros didáticos, gostaríamos de esclarecer as motivações que levaram à escolha do tema de pesquisa e à seleção de fontes. Sobre o tema de pesquisa, ou seja, a representação acerca de João Goulart nos livros didáticos, este foi escolhido por relacionar dois campos de pesquisa: o da historiografia brasileira, no qual as publicações sobre esse personagem histórico é crescente; e o de ensino de história, em especial a análise de livros didáticos, cuja relevância social foi exposta anteriormente. Por isso, acreditamos que essa monografia está inserida em um campo

de pesquisa atual e relevante e que, mesmo havendo outros trabalhos sobre o tema, como os trabalhos de Mateus Pereira, ainda há espaço, e necessidade, para novas investigações.

Tudo isto despertou-nos o interesse em ver como esse personagem histórico e o contexto no qual foi protagonista – abordados por uma historiografia em construção – são trabalhados nos livros didáticos. Escolhemos analisar apenas os livros didáticos produzidos e/ou reeditados a partir de 2004, buscando entender as proximidades e distanciamentos entre a historiografia e a história escolar. Novamente reforçamos que o saber escolar não é mera transposição do saber acadêmico. Dessa forma, queremos analisar como são trabalhados nos livros didáticos os debates acadêmicos sobre a trajetória política de João Goulart e os possíveis sentidos para o Golpe de 1964; e ainda como esses livros criam e recriam novas interpretações e sentidos para esse período.

Sobre as fontes, escolhemos os livros didáticos destinados ao ensino médio, por serem livros menos analisados no campo de pesquisa, muito em virtude da baixa presença dos mesmos nas escolas públicas, uma vez que sua disponibilização não era obrigatória até recentemente. Somente a partir de 2004 o MEC tornou obrigatória a sua distribuição, aumentando a demanda por esse tipo de material, conseqüentemente ampliando as fontes para pesquisa¹³. Outro fator importe foi a alteração, em 2009, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quando a progressiva extensão da obrigatoriedade do ensino médio foi substituída pela determinação de sua universalização. Ou seja, se entendemos que os livros didáticos estão envolvidos no processo de criação e cristalização de um imaginário social, uma pesquisa que tenha como fonte esse material se faz importante, visto que esses livros estão sendo distribuídos a cada vez mais alunos.

De acordo com dados consultados no sítio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/FNDE, as editoras com maior percentual de aquisição pelo MEC são¹⁴: Moderna, 21%; FTD, 19%, Ática; 18%; Saraiva, 15% e Scipione, 9%, que juntas representam 82% dos livros adquiridos. Pesquisamos uma edição de todos os títulos lançados por essas cinco editoras, constantes na Portaria MEC nº 907, de 13/04/2006 e nos PNLD's de 2008 e 2012, perfazendo o total de 19 livros, os quais apresentamos na tabela abaixo.

¹³ O Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio/PNLEM foi criado em 2004, distribuindo inicialmente livros de português e matemática. Em 2006, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria do MEC nº 907, de 13/04/2006, que incluiu no PNLEM/2007 os livros de história e geografia.

¹⁴ Percentual acumulado no período de 2005 a 2013. Para maiores detalhes ver a tabela “Evolução PNLD Ensino Fundamental e Médio por Editora – 2005 a 2013” no sítio do FNDE: www.fnde.gov.br/arquivos/category/10-pndl-geral.

Tabela 1: Relação de Livros didáticos consultados

Editora	Título	Ano	Edição	Autores
Moderna	História: uma abordagem integrada	2005	1ª ed	Nicolina de Petta Eduardo Ojeda Luciano Delfin
Moderna	História: das cavernas ao terceiro milênio	2010	2ª ed	Patrícia Braick Myriam Mota
Moderna	Conexões com a História	2010	1ª ed	Alexandre Alves Letícia Oliveira
FTD	História do mundo ocidental	2005	1ª ed	Antônio Pedro Lizânias Lima Yone de Carvalho
FTD	Estudos de história	2010	1ª ed	Ricardo Faria Mônica Miranda Helena Campos
FTD	Novo olhar história	2010	1ª ed	Marco Pellegrini Adriana Dias Keila Grinberg
FTD	História sempre presente	2010	1ª ed	Antonio Pedro Lizânias Lima
Ática	História	2008	1ª ed 3ª imp	Divalte Figueira
Ática	História	2008	1ª ed 3ª imp	Gislane Azevedo Reinaldo Seriacopi
Ática	Brasil: história e sociedade	2007	1ª ed	Francisco Teixeira
Ática	História em movimento	2011	1ª ed	Gislane Azevedo Reinaldo Seriacopi
Ática	História em foco	2011	1ª ed	Divalte Figueira
Ática	História moderna e contemporânea	2007	1ª ed	Alceu Pazzinato Maria Helena Senise
Saraiva	História: o mundo por um fio	2010	1ª ed	Ronaldo Vainfas Sheila Faria Jorge Ferreira Georgina dos Santos
Saraiva	História Global – Brasil e Geral	2008	8ª ed 7ª tiragem	Gilberto Cotrim
Atual (Saraiva)	História: geral e Brasil	2005	2ª ed	José Geraldo Vinci de Moraes
Atual (Saraiva)	Rumos da história	2005	2ª ed	Antônio Rezende Maria Thereza Didier
Scipione	História geral e do Brasil	2012	1ª ed	Cláudio Vicentino Gianpaolo Dorigo
Scipione	História: texto e contexto	2007	1ª ed	Roberto Catelli Junior

Nota: Os livros “História: geral e Brasil” e “Rumos da história” consultados eram editados pela Editora Atual, e hoje são distribuídos às escolas pela Editora Saraiva.

Para realizarmos a análise dos textos dos livros didáticos selecionados, partiremos do campo teórico das culturas políticas, conceito que Rodrigo P. Sá Motta (2009, p. 21) define como “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”.

Motta (2009) afirma que as instituições escolares são um exemplo dos vetores sociais que reproduzem as culturas políticas; sendo assim acreditamos ser pertinente analisar os livros didáticos a partir desse conceito, tendo em vista a importância desse material em muitas escolas, contemporaneamente, e sua ampla presença junto à população. Além disso, os impressos, jornais, revistas e livros, e para nós o livro didático, são importantes na disseminação das culturas políticas, conforme expõe esse autor:

Os impressos são veículo fundamental na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositadamente com tal fim. Nos textos dos livros e jornais, e também nas suas imagens visuais, desfilam heróis (e, tão importantes quanto esses, os desprezíveis inimigos), mitos, símbolos e os valores morais do grupo, e nessas publicações muitas pessoas encontram motivação para identificar-se e aderir. (MOTTA, 2009, p. 24)

Devido à amplitude de conceitos que compõe o campo de estudos das culturas políticas, iremos utilizar, sobretudo, as definições de imaginário e representações. Partiremos da definição de imaginário proposto por Motta (1996), como o conjunto de representações de um determinado grupo, viabilizadas por meio de imagens. O estudo do imaginário é importante devido à sua característica de conferir coesão e identidade a um grupo, bem como tornar aceitável e assimilável determinado aspecto da realidade. Pierre Ansart (1978) define que o mito, a ideologia e a religião compõem os imaginários sociais. Talvez a categoria de mito, tomado em seu aspecto geral como um sistema de pensamento, de interpretação que possibilita repensar e colocar em ordem um fenômeno, proposto por esse autor, nos ajude a entender o aspecto de “inevitável” atribuído ao golpe.

Quanto ao conceito de representação, partiremos da proposta de Helenice Silva, como “um modo particular do conhecimento real, compartilhado por uma comunidade de indivíduos” (SILVA, 2000, p. 85), apresentado por essa autora de outra forma, a representação pode ser compreendida como um modo de conhecimento construído coletivamente. Também nos pautaremos nas considerações de Sandra Pesavento (2003) sobre representação. Para essa autora, as representações também carrega o simbólico, ou seja, “dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam

como naturais, dispensando reflexão.” (PESAVENTO, 2005, p.41). Ainda segundo essa autora, é desse ponto que decorre a força da representação, devido a sua capacidade de mobilizar e produzir reconhecimento e legitimidade social.

Por ser o livro utilizado, muitas vezes, de forma coletiva em sala de aula, acreditamos que por conter uma determinada representação do real, sua utilização faz com que as novas gerações passem a partilhar desses valores e construam novas representações.

Acreditamos que esses são os motivos pelos quais devemos pesquisar os livros didáticos: por serem livros que veiculam valores, ideias e imaginários, pela conflituosa relação entre Estado e editoras/autores na produção dos mesmos, por sua presença obrigatória na cultura escolar brasileira contemporânea e também pelo binômio convergência/divergência entre a historiografia e história escolar. A importância desse estudo fica mais evidente quando nos lembramos de sua ampla difusão junto à população brasileira, especialmente a parcela escolarizável, composta em sua maioria por jovens, que estão em fase de construção de valores e opinião.

Sabemos que a análise do texto escolar é apenas uma das formas possíveis de utilizar o livro didático como fonte. Se levarmos em consideração as teorias de História do Livro e Leitura podemos perceber como são diversificadas as formas pelas quais uma pessoa pode ser influenciada por um texto, ainda mais se tratando de um livro escolar. Entender como o esse material é utilizado em sala de aula é de suma importância para compreender como esses valores, ideias e imaginários chegam aos alunos. Se o livro é lido em sala, em voz alta ou silenciosamente, se o livro é um material para o aluno consultar em casa ou é o principal material adotado pelo professor, se o professor estabelece críticas ao conteúdo do livro, se traz outras fontes para a sala de aula, entre outras tantas possibilidades, tudo isso modifica as possíveis interações entre leitor/aluno e o livro.

Contudo, se fossemos levar em conta todas essas variáveis, o projeto se tornaria muito extenso. Por isso, devido às limitações que uma monografia impõe, escolhemos um tipo de análise, a do texto escolar, e reconhecemos que outros tantos projetos podem surgir a partir da interação livro/professor/aluno.

2 Trajetória política de Goulart nos livros didáticos

Começamos a pesquisa analisando nos livros didáticos as páginas destinadas ao governo Goulart, mas rapidamente percebemos que havia uma relação direta entre essas e as páginas sobre Jânio Quadros. Durante a leitura dessas duas partes, mais uma vez nos deparamos com termos e expressões empregados que faziam referência à atuação de Jango como Ministro do Trabalho, durante o governo Vargas, e como Vice-presidente de Juscelino Kubitschek.

Aumentamos, então, a área a ser pesquisada nos livros didáticos, e escolhemos os capítulos e unidades que compreendessem os anos de 1950 a 1964, ou seja, do segundo governo Vargas, quando Goulart foi Ministro do Trabalho, até o momento que o mesmo, como presidente, foi deposto.

Com isso, foi necessário alterar o objetivo da monografia, cujo planejamento inicial era analisar as representações sobre o governo Goulart e o golpe, para uma análise da trajetória desse político através dos livros didáticos.

A partir da primeira leitura das fontes, foi possível perceber que Goulart é um dos poucos políticos que tem a sua trajetória política mais detalhada em livros didáticos. Talvez não seja errado dizer que é o único político para quem isso ocorra. Em quase todos os livros consultados, é ao menos citado como Ministro do Trabalho, eleito vice-presidente duas vezes e Presidente da República. Porém, a sua trajetória política se encerra no momento do Golpe Militar; após esse fato sua figura desaparece dos livros didáticos. Talvez a pergunta mais pertinente a ser feita seja: porque esse detalhamento de trajetória ocorre somente com esse político? Tentaremos responder essa questão ao longo da monografia.

Um tema que não estava previsto no projeto inicial surgiu no momento da leitura das fontes: foi muito recorrente os livros didáticos denominarem todo o período de 1945 a 1964 como populista, e o governo de João Goulart como crise e fim desse período. A utilização desse conceito como chave para interpretação de todo o período e como os autores colocavam sobre o mesmo guarda-chuva teórico, sem distinções, personagens tão díspares, como Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, foram situações que levantaram tantos questionamentos, que não pudemos nos refutar à análise desse tema.

Apesar de ser o populismo o conceito que muitas vezes abre o capítulo ou unidade que trata dos anos de 1945 a 1964, decidimos que seria o último tema a ser tratado na

monografia, pois é o elemento presente nesses livros que subsidia a construção de sentido da trajetória de João Goulart.

Primeiramente iremos traçar uma breve biografia de Goulart, concentraremos no período em que ele foi Ministro do Trabalho, Vice-presidente da República, buscando entender quais são as representações construídas por essas etapas nos livros didáticos. No segundo momento nos propomos analisar como os livros didáticos constroem uma representação de governo de crise ao apresentarem apenas alguns fatos do Governo Goulart, sendo que escolha desses temas está relacionada à construção de uma análise de crise do populismo para explicar o golpe militar de 1964.

2.1 Ministro do Trabalho

Qual foi o impacto da passagem no Ministério do Trabalho na trajetória política de João Goulart? Para Angela de Castro Gomes (GOMES, 2006), a passagem de um político em uma pasta ministerial é um fato marcante em sua carreira, o que não foi diferente no caso de Jango. Para essa autora, os oito meses¹⁵ em que Goulart esteve à frente do Ministério do Trabalho foram fundamentais para o “processo de produção da imagem desse político para ele mesmo, para seus contemporâneos e para as construções histórias e memorialísticas que o tomaram como figura central” (GOMES, 2006, p.32).

Jorge Ferreira (FERREIRA, 2011) descreve o contexto político-social do Governo Vargas nos anos de 1952/1953, antes da posse de Goulart. Vargas enfrentava forte oposição da UDN e havia muita tensão entre os membros do PTB, o que poderia prejudicar a ação do governo. No plano social, as dificuldades econômicas do país afetavam diretamente aos trabalhadores, que estavam insatisfeitos com aumento do custo de vida, com a deterioração dos salários, fazendo com que o Governo fosse perdendo apoio dos trabalhadores urbanos. Em 1953, durante a greve dos marítimos¹⁶, o então Ministro do Trabalho Segadas Viana

¹⁵ João Goulart foi Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas no período de 17 de junho 1953 a 22 de fevereiro de 1954.

¹⁶ A greve dos marítimos ocorreu entre os dias 16/06/1953 a 25/06/1953. De acordo com Angela de Castro Gomes: “Apenas para se ter uma idéia do universo de trabalhadores que a categoria cobria e que, em parte, a greve queria articular, pode-se citar os sindicatos: de Oficiais de Máquinas da Marinha Mercante, de Oficiais de Náutica, de Operários Navais, de Marinheiros e Remadores, de Foguistas, de Eletricistas, entre outros. Todos reunidos na Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, (...)” Entre as principais reivindicações estavam: “pagamento de um abono de emergência e de adicionais, do salário família e de quinquênios para a oficialidade; a criação de um plano de carreira; a regulamentação da jornada de trabalho a bordo, além de melhorias na alimentação a bordo.”. GOMES, Angela de Castro, *Op. cit*, p. 39-40.

ameaçou usar leis do Estado Novo para conter a greve¹⁷. Goulart se posicionou publicamente contra essa medida e Vargas, de acordo com Ferreira, “para recuperar seu prestígio entre os trabalhadores”, obrigou o ministro a se demitir e nomeou Goulart para o cargo (FERREIRA, 2011, p. 79). Gomes corrobora essa visão, ao argumentar que a indicação de Goulart para ministro representou uma tentativa do Governo recuperar o diálogo com o movimento sindical, que estava abalado devido à crescente carestia e a uma violenta onda de greves.

Para Gomes (2006, p 35), a nomeação de Goulart para ministro do Trabalho deveu-se a estreitas relações com Vargas e à evidente liderança que o jovem político vinha conquistando dentro do PTB. Em 1952, Jango foi eleito presidente do Diretório Nacional do Partido, com o apoio do próprio Vargas, o que pôs Goulart em contato com diversos políticos e sindicalistas. Dessa forma, antes de sua nomeação para a pasta do Trabalho, Goulart já era considerado um líder do partido, com grande respaldo entre os trabalhadores.

A passagem de Goulart pelo Ministério do Trabalho foi curta, mas representou um marco nas histórias do PTB, do movimento sindical e dele próprio. Em sua gestão, o Ministério do Trabalho inaugurou uma nova forma do Estado se relacionar com os sindicatos, ao repudiar métodos repressivos e intervenções, e ao optar pela negociação para solucionar conflitos entre trabalhadores e empresários. Sendo que para o PTB, essa nova postura resultou em um fortalecimento do partido, ao aproximá-lo do movimento sindical, setor em que o partido comunista era mais forte.

Como Ministro, Goulart tomou duas iniciativas que repercutiram muito na época. A primeira foi um ofício enviado aos sindicatos, pedindo que os dirigentes auxiliassem na fiscalização das leis trabalhistas, atitude que os empresários repudiaram e classificaram como intervenção indevida. Para Gomes e Ferreira (2007, p. 48), “a reação [dos empresários] foi grande, havendo amplo apoio da imprensa, que atacava duramente o governo e acusava as políticas patrocinadas por Jango de subversivas e mesmo de ‘comunistas’”. A segunda foi a proposta de que dirigentes sindicais atuassem na administração de autarquias da Previdência Social, os Institutos de Aposentadoria e Pensão – IAPs. Segundo esses mesmos historiadores, se aprovada, essa medida “daria às organizações sindicais uma nova e importante força política no meio sindical e na sociedade em geral” (GOMES; FERREIRA, 2007, p. 49). Podemos perceber que a atuação de Goulart não se resumiu em atuar como mediador entre trabalhadores e empresários, pois ele também procurou incentivar a atuação dos operários, aumentando o peso políticos destes. Para Angela de Castro Gomes:

¹⁷ GOMES, Angela de Castro. FERREIRA, JORGE. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 47.

Ficava cada vez mais claro o apoio de Goulart às lideranças sindicais, o que se reforçaria com a convocação de um Congresso da Previdência Social, no qual o ministério encaminhou uma proposta de participação de sindicalistas na administração das autarquias – os importantes institutos de assistência e previdência –, o que lhes permitiria o controle de uma rede de empregos e recursos financeiros. Assim, são perfeitamente compreensíveis as reações à gestão de Jango, especialmente nos meios empresariais e políticos, civis e militares, de oposição à Vargas. (GOMES, 2006, p. 50)

Essa pesquisadora também salienta que a postura do Ministro Goulart em aproximar o ministério ao movimento sindical foi duramente criticada pelos opositores do governo, que atacaram Jango e Vargas diretamente, acusando-os de tentar instalar uma “República Sindicalista.”¹⁸ João Goulart foi ainda mais criticado pela oposição quando apresentou a proposta do aumento em 100% do salário mínimo. Para Gomes:

Por conseguinte, em janeiro de 1954 e com o tema de um novo aumento de salário mínimo em pauta, Jango teve uma imagem amplamente difundida, discutida e dividida. Ele era tanto o político que recebia e ouvia trabalhadores informalmente, articulando a resolução de conflitos antes da eclosão das greves, sendo assim uma liderança hábil e valiosa para projetos governamentais mais abrangentes; quanto o político perigosamente envolvido com comunistas, que estimulava a agitação social e propunha um aumento irresponsável do salário mínimo. Enfim, ele era o comandante de uma “jangada peronista-comunista”, que apenas julgava manobrar. (GOMES, 2006, p. 51)

Após a proposta, a pressão sobre Vargas para a saída de Goulart da pasta do Trabalho ficou insustentável, ainda mais com a publicação do “Manifesto dos Coronéis”, no qual 82 oficiais do exército expuseram duras críticas ao governo e ao aumento do salário mínimo. O manifesto teve grande repercussão e aumentou a oposição ao governo Vargas. Tentando minimizar os efeitos da crise, Goulart apresentou sua demissão do cargo de ministro ao presidente, sendo que essa ocorreu em 22 de fevereiro de 1954.

A demissão de Goulart não passou despercebida pelo movimento sindical, que demonstrou seu descontentamento e insatisfação com a saída do ministro através de inúmeros telegramas e manifestos encaminhados ao Ministério do Trabalho – fato que demonstra o grande prestígio que Jango já havia adquirido entre os trabalhadores e o movimento sindical.

Dessa forma, para alguns historiadores, o período em que João Goulart esteve à frente do Ministério foi importante, pois além de mudar a forma como o Governo se relacionava com a classe trabalhadora, criou, também, um imaginário acerca desse político,

¹⁸ Esse termo aparece nos livros “Brasil História e Sociedade” e “Rumos da História”, não como análise dos autores, mas como termo utilizado no período pelos opositores de Vargas.

que pode ser tomado como positivo ou negativo. Ferreira expõe de forma clara como esse imaginário pôde ser apropriado por partidários e opositores:

(...), foi construída uma imagem de Goulart para seus correligionários de partido, para o movimento sindical e para o eleitorado petebista como a do político nacionalista e reformista que pagou um alto preço por defender os trabalhadores urbanos e rurais. Tal imagem deu origem ao segundo sentido de sua trajetória política, aquela descrita pelos seus adversários da UDN, de setores do empresariado e de grupos expressivos de militares: o do político “fraco”, “manipulador” dos operários, capaz de obter popularidade fácil por meio da “demagogia”. (FERREIRA, 2011, p 118-119)

Se o Ministério do Trabalho é o ponto de partida para a construção da imagem de João Goulart como político, nos interessa entender quais valores e significados os livros didáticos atribuem a esse momento da trajetória política de Goulart.

Dos dezenove livros analisados, somente três não tratam de Goulart como Ministro do Trabalho¹⁹, e dois apenas o mencionam como tal. O primeiro ao tratar da constituição da chapa Juscelino Kubitschek–João Goulart, para as eleições presidenciais em 1950²⁰; e o segundo quando do veto militar para sua posse como Presidente da República, em 1961²¹. Em outras palavras, quatorze livros analisam, de alguma forma, esses oito meses em que Goulart esteve à frente do Ministério, o que é uma porcentagem alta.

Sobre a nomeação de Goulart à pasta ministerial, sete livros²² trazem o contexto do período, dando destaque para o alto custo de vida, a inflação, a defasagem dos salários e, principalmente, lembram-se da Greve dos 300 mil, ocorrida em São Paulo em março 1953. Segundo os livros, para conter a instabilidade gerada, o governo reformulou o ministério e nomeou João Goulart para o Ministério do Trabalho. Como exemplo, podemos citar as seguintes passagens:

Em 1953, o alto custo de vida e a inflação começaram a gerar instabilidade no governo. A situação desagradava a classe média, mas afetava principalmente os trabalhadores. O salário mínimo, decretado em 1943, por exemplo, permaneceu congelado até dezembro de 1951, quando houve um pequeno reajuste, o que não resolveu o problema. No primeiro semestre de 1953, os trabalhadores desencadearam uma série de lutas, que culminaram numa greve de 300 mil pessoas em São Paulo.

Para tentar contornar a situação, Getúlio reformulou seu ministério. Nomeou Tancredo Neves para o Ministério da Justiça e João Goulart para a pasta do Trabalho. A indicação deste último, que possuía bom trânsito entre as lideranças sindicais, revelava o interesse do governo em melhorar sua imagem com os trabalhadores. (História – Divalte, p 371)

¹⁹ História: uma abordagem integrada; História sempre presente; História moderna e contemporânea.

²⁰ História do mundo ocidental.

²¹ Novo olhar história.

²² História (Divalte); História (Gislane e Reinaldo); História: das cavernas ao terceiro milênio; História: o mundo por um fio; História em movimento; História: texto e contexto; História em foco.

Enquanto isso, o custo de vida continuava aumentando. Em meados de 1952 surgiram protestos contra a carestia e, no ano seguinte, uma greve chegou a paralisar 300 mil trabalhadores em São Paulo e no Rio de Janeiro. Cedendo à pressão, Getúlio Vargas nomeou para ministro do Trabalho o gaúcho João Goulart, do PTB, mais conhecido como Jango, homem ligado às lideranças sindicais. (História – Gislane e Reinaldo, p 472)

A greve, que durou cerca de um mês, reuniu aproximadamente 300 mil trabalhadores de diferentes categorias, tais como construção civil, metalúrgicos, carpinteiros, vidreiros e gráficos. Um dos resultados da greve foi o enfraquecimento do governo Vargas, acusado pelos empresários de ter fomentado o movimento. Diante de tais dificuldades, o presidente optou pela reforma ministerial como instrumento para reorientar sua política. (História: das cavernas ao terceiro milênio, p. 135)

É interessante perceber que a narrativa construída por esses livros didáticos, coloca a Greve dos 300 mil como o principal evento que provocou a reformulação dos ministérios e a consequente nomeação de Goulart. Porém hoje a historiografia considera que essa nomeação, tendo ocorrido somente em junho do mesmo ano, esteve mais relacionada à crise gerada pela Greve dos Marítimos, ocorrida no Rio de Janeiro, evento que não é citado nos livros.

Nove livros fazem uma análise da razão para a escolha de Goulart como ministro. Em três²³, sua nomeação é atrelada unicamente ao intuito de aumentar o apoio popular ao Governo Vargas. Enquanto que seis livros²⁴ afirmam que a indicação de Goulart para a pasta ministerial se baseou, sobretudo, na sua proximidade com os sindicatos, e em menor grau por ser o político líder do PTB. Apenas um livro já associou, nesse momento, Jango como herdeiro político de Vargas²⁵.

Apenas três livros detalham o modo como Goulart atuou como ministro. Em dois²⁶, sua função foi apontada como dialogar e negociar com o movimento sindical, e para o terceiro²⁷, Jango teria atuado diretamente em benefício dos trabalhadores, conforme trecho abaixo:

Em meados desse mesmo ano [1953], João Goulart, também conhecido como Jango, foi nomeado ministro do Trabalho e passou a discursar em favor de algumas greves, defendendo os direitos dos trabalhadores e forçando patrões a promoverem acordos. Procurou estimular a organização de sindicatos rurais e participou de várias assembléias sindicais. Jango

²³ História geral e do Brasil; Conexões com a História; História: geral e Brasil.

²⁴ História (Divalte); História (Gislane e Reinaldo); História: das cavernas ao terceiro milênio; História: o mundo por um fio; História em movimento.

²⁵ História em movimento.

²⁶ História: o mundo por um fio; Conexões com a História.

²⁷ História: texto e contexto.

defendia ainda um aumento de 100% do salário mínimo. (História: texto e contexto, p. 605)

Dessa forma, podemos dizer que uma parcela significativa dos livros didáticos relaciona João Goulart ao movimento sindical, a maior parte no momento de sua nomeação, e poucos sobre a forma como atuou como ministro.

O tema do aumento em cem por cento do salário mínimo também é recorrente nos livros didáticos analisados. Dos treze livros que citam o aumento²⁸, seis afirmam que o mesmo foi proposto por João Goulart, e um afirma que o aumento foi “dado” pelo ministro²⁹. É interessante perceber que, dos sete livros que relacionam Jango ao aumento do salário mínimo, seis também fazem referência direta à sua saída do ministério; ou seja, estabelecem uma relação de causalidade direta entre esses dois eventos: a proposta do reajuste teria gerado tanta repercussão que forçou a demissão do ministro. Há aqui uma incongruência de datas, que leva a um erro de interpretação. Ao ler o texto dos manuais escolares, apreende-se que o aumento do salário mínimo provocou a demissão do ministro. Não é trabalhado nesses livros que a demissão ocorreu para tentar diminuir a pressão da oposição e, ao mesmo tempo, viabilizar essa realização política, que ocorreu dois meses depois.

Nesse sentido, os livros parecem relacionar as ações de governo à subjetividade dos personagens, do que entende-las como parte de um programa de governo. Devemos lembrar que as sugestões de um ministro podem ou não serem aceitas pelo presidente, mas os livros operam esse tema como uma atitude pessoal de Jango, e não como uma decisão de governo. O aumento do salário mínimo é apontado como um ato pessoal de Goulart, reforçando sua proximidade com os trabalhadores, que havia sido destacada quando de sua nomeação como Ministro do Trabalho.

Já em um livro³⁰ consta que o esforço de Vargas em aproximar-se dos setores populares, ao nomear um político que teria a função de negociar com os sindicatos e trabalhadores, criou sérias reações da UDN e de grupos conservadores, que o governo optou por demitir Goulart para tentar diminuir as críticas da oposição.

Entre os dezenove livros analisados, a seguinte passagem nos chamou a atenção pela forma como destoou das demais:

Entre os novos ministros estavam Osvaldo Aranha, indicado para a pasta da Fazenda, e João Goulart, para o Ministério do Trabalho. Goulart era muito

²⁸ História (Divalte); História (Gislane e Reinaldo); Estudos de história; História: das cavernas ao terceiro milênio; História: o mundo por um fio; História geral e do Brasil; Conexões com a História; História Global – Brasil e Geral; História em movimento; História: texto e contexto; História em foco; Rumos da história.

²⁹ Rumos da história.

³⁰ Conexões com a História.

malvisto pela oposição em geral, por conta da sua ligação com os sindicatos e com o PTB, do qual era presidente nacional. Ele foi um dos responsáveis pela organização dos sindicalistas **pelegos**, que atuavam nos sindicatos com o objetivo de facilitar a ação do governo com os trabalhadores. Também auxiliou na formação dos sindicatos rurais e garantiu a participação desse grupo nas discussões acerca do salário mínimo. (História: das cavernas ao terceiro milênio, p. 135)

Causou-nos surpresa, ao ler o trecho acima, a forma como as autoras relacionam a João Goulart à existência do “peleguismo” nos sindicatos. Independente de quando tenham surgido os “sindicalistas pelegos”, o interessante nessa frase é a associação da trajetória do político a algo tido como negativo, o que teria corrompido a atuação do então ministro. De acordo com esse trecho, desde sua passagem pelo Ministério do Trabalho, Goulart já manipulava os trabalhadores.

O uso da manipulação por João Goulart foi um tema bastante explorado pela caricatura dos anos 1960. Rodrigo Sá Motta destaca como a caricatura desse período criou um imaginário da manipulação para retratar Jango³¹. Nas imagens de época era comum expor a ideia de que o presidente utilizava-se das mais variadas estratégias para alcançar os seus objetivos. Segundo Motta:

(...) Algumas críticas atribuíam a Jango uma malícia que ultrapassava os limites da trapaça, do oportunismo e da demagogia. Segundo muitas caricaturas, Jango era mais do que um político hábil e um estrategista eficiente na conquista de suas metas. Ele seria um enganador inveterado e, por isso, indigno de confiança. Nessa versão forte do tema da malícia, o presidente seria um homem sem princípios, com o único propósito de fortalecer seu poder e manter-se à frente do Estado, a qualquer custo. As propostas e promessas que fazia, de acordo com tal interpretação, não passavam de argumentos para justificar seus intentos e atrair o apoio popular. (MOTTA, 2006, p 59)

Apesar das caricaturas comentadas por Motta se referirem ao período em que Goulart foi presidente da República, e o trecho do livro didático tratar do momento em que o mesmo foi Ministro, identificamos um mesmo argumento: as medidas adotadas por Jango tem o intuito de manipular a população.

O trecho citado do livro didático revela que o imaginário veiculado pelas caricaturas na década de 1960 ainda se faz presente, e ultrapassou o contexto onde foi criado. A manipulação de Goulart não ocorreu apenas enquanto presidente, mas seria uma característica própria desse personagem, visível em toda sua trajetória política.

³¹ MOTTA, Rodrigo P. Sá. O grande manipulador. In: *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 59-69.

Outro exemplo da “manipulação” de Jango está quando os livros analisam o retorno ao presidencialismo, em 1963. De acordo com a grande maioria dos livros, o então presidente teria sido o maior responsável, se não o único, a “arquitetar” para a derrubada do parlamentarismo.

No geral, os livros apontam que a nomeação de Goulart para a pasta do Trabalho ocorreu em um contexto de crise, para reverter o quadro de desprestígio de Vargas junto aos trabalhadores. Seu nome foi escolhido por ter um bom trânsito entre os sindicalistas e sua saída ocorreu pela repercussão negativa da proposta de aumento do salário mínimo. Podemos perceber que, na maioria dos livros didáticos, não fica claro que a saída de Goulart do ministério ocorreu em fevereiro de 1954 e o aumento do salário mínimo ocorreu em maio do mesmo ano, quando o ministério não era mais ocupado por ele – o que ajuda a reforçar a imagem de que João Goulart foi demitido apenas em função da sua defesa do reajuste em cem por cento do salário mínimo.

As inovações de sua gestão não são apontadas nos livros didáticos – o que é compreensível, uma vez que o foco da narrativa é o Governo Vargas – e sua nomeação e demissão estão relacionadas à tentativa desse presidente em conter as crises, seja da perda de apoio da população, quanto da oposição da UDN e setores militares.

2.2 Vice-presidente

A relação entre João Goulart e o movimento sindical começou em 1952, quando da escolha de seu nome para o diretório nacional do PTB, e só fez crescer quando ele foi Ministro do Trabalho e Vice-presidente de Juscelino Kubitschek. Goulart, ao aproximar-se do movimento sindical, também estabeleceu contato com os comunistas que, em aliança com o PTB, lideravam grande parte do movimento operário e sindical.

Marco Aurélio Santana³² demonstra que as relações entre PTB e PCB, e deste último com o movimento sindical, nem sempre foram fáceis, caracterizadas por aproximações e distanciamentos, bem como por certa dose de competição entre os dois partidos. Na virada dos anos 1940 para 1950, a cúpula do PCB adota uma posição radical e determina que o

³² SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: AARÃO REIS, Daniel. FERREIRA, Jorge. (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007. p. 239-270.

partido se afaste da política sindical, devendo seus militantes trabalhar “no sentido da constituição de organismos paralelos que servissem ao processo revolucionário” (SANTANA, 2007, p. 255). Apesar de essa ser a linha oficial do partido, para Santana parte dos militantes comunistas ainda manteve-se ligada aos sindicatos e ao movimento trabalhista.

De acordo com Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2007, p. 81), a opção do PCB pela radicalização política, adotando “uma linha de ultra-esquerda”, foi tornando-se uma posição insustentável. Em 1952, um grupo de militantes do PCB elaborou um documento, denominado “Resolução Sindical”, em que defendia o retorno do partido aos sindicatos e articulações com outros grupos, em especial o PTB – resolução que foi aprovada pelo Comitê Central do PCB.

Assim, a ascensão política de João Goulart ocorreu em meio à reaproximação do PCB ao movimento sindical e ao PTB. A aliança entre esses dois partidos foi intensa, visto que praticamente dominaram o movimento sindical e operário entre os anos de 1952 a 1964.

Enquanto Presidente do PTB, Ministro do Trabalho e Vice-presidente da República, João Goulart lidou, nos dizeres de Gomes e Ferreira (2007, p. 83), “com um movimento sindical que se recompunha e se tornava cada vez mais ativo em suas reivindicações”, e atuou como “um canal de comunicação eficaz entre o governo e sindicalistas”.

Para Ferreira (2011, p.174-175), grande parte da estabilidade política do governo Kubitschek foi fruto da intermediação que o vice-presidente João Goulart fez entre Governo e sindicatos, chegando a atuar como mediador, não só nas greves, como também nas ameaças de deflagrações. Interpretação também corroborada por Marieta de Moraes (2008, p. 9), ao destacar que Jango foi “responsável por articulações que deram importante sustentação ao governo” JK.

Angela de Castro Gomes e Jorge Ferreira (2007, p. 83) destacam que, quando João Goulart ocupou a vice-presidência, muitas das demandas apresentadas pelos trabalhadores e sindicatos foram discutidas diretamente pelo governo, antes mesmo de passarem pela análise da Justiça do Trabalho.

A atuação de Goulart como vice-presidente não se limitou à de interlocutor do movimento social. Pelas regras vigentes, o vice-presidente assumia a presidência do Senado Federal, um posto estratégico, uma vez que permitia a negociação entre Legislativo e Executivo; além de ocupar a função de representação diplomática. Somando-se essas atribuições do cargo ao fato de que a eleição para presidente e vice era independente,

podemos ter uma noção da importância da composição de uma chapa para concorrer às eleições.

As eleições para presidente em 1955 foram difíceis, devido ao tumulto político gerado pelo suicídio de Vargas e à grande disputa entre getulistas e antigetulistas. A chapa PSD-PTB, que lançou Juscelino Kubitschek para presidência e João Goulart para a vice-presidência, foi duramente atacada pela UDN.

O resultado dessa eleição revela a força política do ex-Ministro do Trabalho. João Goulart foi eleito com mais votos que o próprio Juscelino, sendo a diferença entre eles maior que 500 mil votos. Levando em consideração o tamanho da população da época, e que nem todos eram eleitores, a diferença é expressiva e revela não só o peso político de Jango, mas também do imaginário trabalhista que se constituía e do qual ele era representante.

O peso político de Jango se manifestou além da eleição. Durante o governo JK, o PTB ocupou os ministérios do Trabalho e da Agricultura, além das autarquias vinculadas a esses ministérios. Sendo João Goulart líder do PTB, pode-se deduzir o tamanho de sua influência.

Mas nem tudo foram flores durante o governo JK. Para Gomes e Ferreira (2007, p. 113), nesse período o PTB foi firmando seu programa nacional e reformista e passou a criticar duramente a política econômica de JK, atuando como um partido de oposição, mesmo sendo da base do governo. De acordo com esses historiadores, essa situação aumentava os ataques, por parte da direita, ao vice-presidente “responsabilizado, pessoalmente, por “agitações e desmandos” nas áreas sindical e trabalhista.”. Jorge Ferreira (2011, p.192), na biografia que escreveu sobre Goulart, aponta que o PTB durante o governo JK viveu o melhor de dois mundos: como parte do governo disfrutava das benesses do poder, mas também se apresentava como oposição.

Apesar das divergências no plano econômico, nas eleições de 1960, o PSD e PTB reeditaram a chapa, e lançaram para presidência e vice, respectivamente, o general Henrique Lott e João Goulart. O nome de Lott não foi bem recebido entre os petebistas, e o candidato tampouco empolgava a população. Gomes e Ferreira (2007, p. 115) afirmam que surgiu uma chapa informal, denominada “Jan-Jan”, que reunia o candidato a presidência Jânio Quadros, apoiado pela UDN, e o candidato a vice-presidência do PTB, João Goulart, que acabou vencendo as eleições.

Porém os candidatos eleitos não tinham pontos em comum, e Jânio Quadros montou um ministério conservador, avesso aos ideais defendidos por Goulart e o PTB, que se posicionou como oposição, além de se aproximar ainda mais dos movimentos populares e do

PCB. Por outro lado, na política externa, Jânio Quadros adotou uma postura avançada, indo ao encontro dos ideais do PTB, ao estabelecer uma linha independente em meio a polarização internacional, devido à Guerra Fria. O país estabeleceu relações comerciais com vários países do Leste Europeu e da Ásia, além de criar embaixadas em alguns países no continente africano.

É neste contexto de projeção do Brasil no cenário internacional que o presidente Quadros designou o vice-presidente João Goulart para chefiar uma missão comercial brasileira à China comunista. Ferreira (2011, p. 224) demonstra que a missão enviada não foi pequena, além de Goulart, foram 15 parlamentares, sete técnicos especialistas em comércio exterior e diversos empresários.

Quando Jânio Quadros renunciou, em 25 de agosto de 1961, João Goulart estava em Pequim. Para Gomes e Ferreira, esse evento ainda precisa ser mais bem investigado, mas acreditam que o objetivo de Quadros seria dar “um golpe de Estado”. Sua renúncia geraria forte comoção popular e reação militar, tendo em vista a conhecida oposição destes ao vice-presidente. Jânio retornaria ao poder com apoio do povo e dos generais e, assim, poderia governar sem o Congresso Nacional.

Se esses foram realmente os planos de Quadros, ele não contava que sua renúncia seria prontamente aceita pelo Congresso e que a população não se manifestaria. Apenas uma parte do cálculo estava correta, os ministros militares, o brigadeiro Gabriel Grum Moss, ministro da Aeronáutica, o marechal Odílio Denys, ministro da Guerra, e o Vice-Almirante Silvio Heck, ministro da Marinha, formaram uma junta militar e enviaram uma mensagem ao Congresso Nacional, manifestando a “inconveniência” do retorno do vice-presidente e que o mesmo seria preso ao entrar no país. Para Gomes e Ferreira (2007, p. 116), o objetivo dos ministros militares era “obrigar o Congresso Nacional a votar o *impeachment* de Jango, o que se constituiria em um autêntico golpe de Estado.”. Entretanto, o Congresso se recusou, criando o impasse político para a posse de Goulart.

Os dias posteriores à renúncia de Jânio Quadros foram tensos. Com a manifestação da “inconveniência” do retorno de João Goulart, então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, organizou uma resistência em defesa da posse de Jango. Logo no início o movimento de resistência gaúcho contou com o apoio da população e da Brigada Militar. A situação agravou-se nos dias 27 e 28 de agosto. O general José Machado Lopes, o comandante do III exército, com sede no Rio Grande do Sul, recebeu ordens de bombardear o palácio do Governo gaúcho. Porém, o general se recusou a cumprir as ordens superiores e se aliou à resistência formada por Brizola.

O governo federal impôs uma forte censura ao governador Leonel Brizola, com o intuito de impedir a divulgação de seus discursos e que a rebelião se espalhasse pelo país. De acordo com Ferreira (2001, p. 235), as rádios Capital, Farroupilha e Difusora foram fechadas, enquanto que os estúdios de gravação da Guaíba foram transferidos para o Palácio do Piratini, sede do governo gaúcho. A resistência montou um forte esquema de segurança para manter em funcionamento os transmissores dessa rádio, o que possibilitou a criação da “Cadeia Radiofônica da Legalidade” em Porto Alegre, centralizando um conjunto de 150 rádios, do estado do Rio Grande do Sul, do país e até do exterior, transmitindo mensagem em apoio à posse do vice-presidente João Goulart, conforme estava previsto na Constituição brasileira. Ferreira expõe de forma clara a importância dessa Cadeia para denunciar a tentativa de golpe de estado que estava em andamento:

A Cadeia da Legalidade foi de fundamental importância para o movimento [de resistência]. Ao difundir mensagens de diversas entidades políticas e grupos sociais na defesa da ordem democrática, a sociedade brasileira encontrou canais de informação que rompiam o cerco à censura. Transmitindo também em inglês, espanhol e alemão para o exterior, angariou a simpatia da opinião pública internacional. Nos microfones, Leonel Brizola desacatava os ministros militares, desmoralizando-os publicamente. (FERREIRA, 2011, p. 235)

Diversos setores da sociedade se manifestaram a favor da manutenção da legalidade, que seria garantida pela posse de Goulart. Sindicatos, presidentes de federações de indústrias e associações comerciais, União Nacional dos Estudantes-UNE, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB, Ordem dos Advogados-OAB, Associação Brasileira de Imprensa, entre outros, se posicionavam a favor do respeito à Constituição. Políticos, até mesmo da UDN, defendiam a manutenção da legalidade. A única figura pública a defender a intervenção militar era o governador da Guanabara, Carlos Lacerda.

A adoção do parlamentarismo foi apresentada por setores civis e militares como uma solução para a crise, e de acordo com Ferreira (2011, p. 249-250), também representava uma “saída honrosa” para os ministros militares que impuseram impedimento à posse de Goulart. Gomes e Ferreira (2007, p. 117) informam que a proposta do parlamentarismo inicialmente foi rejeitada por Jango, mas diante do argumento de uma possível guerra civil, aceitou a posição conciliadora.

No dia 1º de setembro João Goulart desembarcou em Porto Alegre. A população gaúcha, jornalistas e, principalmente Brizola, reagiram de forma negativa quando soube da

adoção do parlamentarismo³³. No dia 5 de setembro, Jango voou para Brasília, onde foi empossado no cargo de Presidente da República, em 07 de setembro de 1961. O sistema parlamentarista garantiu a posse de Goulart no cargo, mas com poderes diminuídos e vigiados de perto pelo PSD e pela UDN.

Se os historiadores destacam a importância de João Goulart como vice-presidente de Kubitschek, não se pode dizer o mesmo para os livros didáticos. Nestes livros, o espaço dedicado à participação do João Goulart, como vice-presidente no governo JK é praticamente inexistente, se resumindo basicamente no momento da eleição. Apenas um livro³⁴ traz alguma informação sobre a atuação de Goulart, para além de uma mera composição na chapa, ao informar que a mediação junto aos sindicatos feita por Goulart trouxe tranquilidade ao governo, conforme é possível perceber no trecho abaixo:

O governo JK tinha maioria no Congresso Nacional, em decorrência da aliança entre o PSD e o PTB. Contava ainda com apoio militar, por conta da liderança do general Lott, e com tranquilidade na área sindical graças à atuação de Goulart. O Brasil viveu um período marcado pela democracia e pelo desenvolvimento. (História: o mundo por um fio, p 317)

É interessante destacar que um dos autores desse livro didático é o historiador Jorge Ferreira, e que essa informação também consta nas duas biografias que produziu sobre Goulart. Não queremos afirmar que mudanças nos textos escolares ocorrem somente após uma pesquisa acadêmica, mas sim destacar que a produção da história escolar sofre influência de vários meios, sendo a pesquisa acadêmica um desses agentes de transformação.

Contudo, permanece entre os livros didáticos a ausência de informações ou análises sobre a atuação do vice-presidente. Dos dezenove livros analisados, cinco³⁵ não citam João Goulart como vice. Entre os demais, cinco³⁶ apenas mencionam o nome de Goulart na composição da chapa, sem trazer nenhuma outra informação ou análise adicional, conforme os exemplos abaixo:

O pleito foi vencido pelo ex-governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, mais conhecido como JK, candidato pelo PSD. Para vice-presidente, foi eleito João Goulart, do PTB. A posse estava marcada para janeiro de 1956. (História Gislane e Reinaldo, p. 473)

O candidato do PSD e do PTB, partidos criados por Vargas, era o governador de Minas Gerais, JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA.

³³ Sobre essa repercussão ver *João Goulart: uma biografia*, p 252 a 256.

³⁴ História: o mundo por um fio.

³⁵ História (Divalte); Brasil: história e sociedade; História em foco; História sempre presente; História moderna e contemporânea.

³⁶ História (Gislane e Reinaldo); Estudos de história; História das cavernas ao terceiro milênio; História em movimento; Novo olhar história.

Mesmo com a oposição udenista, ele foi eleito presidente. Para vice foi eleito JOÃO GOULART. (Estudos de história, p. 286)

Nas eleições presidenciais de 1955, elegeram-se os candidatos da coligação PSD-PTB, Juscelino Kubitschek e João Goulart. (História: das cavernas ao terceiro milênio, p 137)

Esperava-se que a candidatura de Goulart e sua eleição fossem relacionadas a uma herança getulista, mas chamou a atenção que essa relação também foi estabelecida para a chapa como um todo. Três livros³⁷ associam diretamente Jango a Getúlio Vargas, para isso usaram as seguintes estratégias: lembraram que Goulart foi Ministro do Trabalho, afirmaram diretamente que Goulart era “herdeiro político de Vargas” e associaram a maior quantidade de votos dado a Goulart como expressão do “getulismo”. Nos cinco livros³⁸ que relacionaram a chapa ao getulismo, encontramos as seguintes adjetivações: “aliança resgatava o legado de Vargas”; “partidos de origem getulista”; “representava antigas forças getulistas”; “chapa partidária getulista”; “forte herança getulista”.

A expectativa inicial era encontrar mais livros que, ao tratarem das eleições de 1955, apresentassem Goulart como herdeiro de Vargas, tendo em vista que foi citado como ministro do Trabalho. Perceber que essa associação foi feita em maior número para a chapa foi uma surpresa, pois JK não costuma ser relacionado ao legado de Getúlio Vargas.

No geral, Jango “aparece” no momento da eleição e “desaparece” ao longo do governo Kubitschek. Sua atuação como vice é praticamente desconsiderada, tanto no texto do livro, quanto nas imagens, exercícios e fontes que pudessem ser citadas ao longo do texto escolar. Não há exercícios que remetam a atuação do vice-presidente, e as imagens de JK e Goulart juntos são poucas, estando presentes em apenas quatro livros³⁹. Dessas quatro imagens, três se referem ao momento da posse de ambos, e uma os retratam na solenidade de inauguração de Brasília. Esta última imagem está no mesmo livro que traz a referência da atuação de Goulart como vice-presidente, *História: o mundo por um fio*.

Qual a importância de lembrar que Goulart foi vice-presidente de Juscelino Kubitschek? O problema está em lembrá-lo apenas no momento da composição da chapa e atrelá-lo ao legado de Vargas e não tratar de suas ações durante o governo. É impossível negar o papel de Vargas na formação política de Goulart, mas limitar sua trajetória política a isso é empobrecer seu papel para a consolidação de um projeto para o PTB e para o imaginário

³⁷ História do mundo ocidental; História: uma abordagem integrada; Conexões com a História.

³⁸ História: o mundo por um fio; História Global – Brasil e Geral; História: texto e contexto; História: geral e Brasil; Rumos da história.

³⁹ História o mundo por um fio; História geral e do Brasil; História Global – Brasil e Geral; História: texto e contexto.

trabalhista da época. Outra questão importante é o fato de que a maioria dos livros didáticos caracterizam Vargas como populista, sendo assim, associar Jango à herança varguista é também uma forma de relacioná-lo ao populismo.

A exposição de Jango como vice-presidente durante o governo Quadros é maior. Acreditamos que esse maior espaço tenha a ver com a renúncia do presidente em 1961 e a crise que surgiu antes da posse de Goulart, fatos que estão presente em praticamente todos os livros analisados.

Dois livros não mencionam João Goulart como vice-presidente de Jânio Quadros. Ao contrário da maioria dos livros didáticos, que apresentam os governos de 1954 a 1964, o livro *História sempre presente* faz uma análise sobre o conceito de populismo e, dentro desse tema, analisa o governo Goulart. Já o livro *História moderna e contemporânea* se debruça sobre a história estrangeira, sendo que no final de cada capítulo apresenta uma seção que remete à história nacional, intitulada “Enquanto isso, no Brasil...”, e traz algumas informações sobre o período em que Jango foi presidente.

Sendo assim, os demais livros fazem referência ao fato de Goulart ter sido vice-presidente em 1961. Em dezesseis, a referência já aparece quando são tratadas as eleições, e em um⁴⁰ a existência do vice-presidente é citada quando da renúncia de Jânio Quadros.

Nove livros⁴¹ não informam que, de acordo com as regras eleitorais da época, os votos para candidatos à presidência e à vice-presidência eram desvinculados, o que pode dificultar o entendimento de como políticos em posição contrária foram eleitos. Desses nove, em três a situação é mais complexa, pois não há se quer a menção de que Jânio Quadros e João Goulart eram de partidos distintos⁴². Dentre esses, destaco o trecho a seguir:

"O quadro sucessório terminou se definindo com as candidaturas de Jânio Quadros, pela UDN, aliada ao Partido Democrata Cristão (PDC); de Ademar de Barros, pelo Partido Social Progressista (PSP); e do general Teixeira Lott, pela coligação entre PSD, PTB e o Partido Socialista Brasileiro (PSB) com o apoio do PCB. A vitória foi de Jânio, que, com João Goulart como vice, obteve 48% dos votos, 1 milhão a mais do que o segundo colocado, o general Lott." (Rumos da história, p. 610)

A partir da citação acima, parece que Quadros e Goulart compunham a mesma chapa. Houve sim uma chapa informal, denominada “JAN-JAN”, que originou entre os

⁴⁰ Brasil: história e sociedade.

⁴¹ História: uma abordagem integrada; História (Divalte), Estudos de história; História: das cavernas ao terceiro milênio; História geral e do Brasil; Brasil: história e sociedade; História: texto e contexto; História em foco; Rumos da história.

⁴² No livro Estudos da História a informação de que Jânio Quadros e João Goulart concorriam por chapas distintas é obtida em um anúncio de jornal da época utilizado como ilustração.

eleitores, e que nenhum dos dois candidatos tentou impedir. Quatro livros didáticos⁴³ fazem referência a essa chapa, sendo que um deles a associa ao populismo.

A situação agrava-se quando percebemos que há poucas imagens que fazem referência à campanha eleitoral de Lott e Goulart, estando presente em apenas três livros. Dentre essas, há uma foto de ambos os candidatos em um palanque e uma foto de populares carregando uma faixa em apoio aos mesmos. Por último, uma matéria de jornal que informa encerramento da campanha. Talvez possamos inferir que essa pouca exposição da chapa Lott-Goulart esteja relacionada a uma memória coletiva, visto que não foi bem recebida pela população e, dessa forma, também não faz parte da história escolar.

Até esse momento, em que os livros didáticos tratam sobre as eleições em 1960, nenhum livro, no corpo do texto, utilizou o termo “populista” para denominar Goulart diretamente⁴⁴. Contudo, dois livros atribuem a sua eleição como expressão do “legado político de Vargas”. Se compararmos as duas eleições, a de 1955 e a de 1960, podemos perceber que os livros didáticos relacionam mais a chapa JK-João Goulart ao “getulismo”, do que a segunda eleição de Jango a vice-presidência. Os adjetivos para caracterizar Goulart remetem mais a uma continuidade política. Foram usadas as palavras como “veterano”, “mais uma vez”, “novamente”, ao informar a vitória de Goulart, sendo que esse tipo de adjetivo foi encontrado em cinco livros.

Outro momento em que João Goulart tem destaque, como vice-presidente de Quadros, é quando os livros didáticos tratam da viagem do vice-presidente à China. Apenas dois livros⁴⁵ não trazem esse tópico. Entre os demais, cinco livros⁴⁶ relacionam essa viagem como parte da política externa desenvolvida por Quadros, e oito⁴⁷ apenas informam que se tratava de uma “visita oficial”, sem relacioná-la à política externa independente, e em um livro⁴⁸ estaria chefiando uma missão de empresários.

Um dos aspectos positivos do governo Quadros, que comumente é retratado, é a política externa independente. Mas, como exposto acima, poucos livros relacionam à viagem

⁴³ História: o mundo por um fio; Conexões com a História; História: texto e contexto; História: geral e Brasil.

⁴⁴ Embora o termo populismo seja muito utilizado nos títulos dos capítulos que tratam do período de 1945 a 1964.

⁴⁵ História sempre presente; História moderna e contemporânea.

⁴⁶ História do mundo ocidental; História (Gislane e Reinaldo); História: o mundo por um fio; História geral e do Brasil; História em movimento.

⁴⁷ História: uma abordagem integrada; História (Divalte); História: das cavernas ao terceiro milênio; Conexões com a História; História Global – Brasil e Geral; Brasil: história e sociedade; História: texto e contexto; Novo olhar história.

⁴⁸ Estudos de história.

de Goulart à China como parte dessa política. Em dez livros⁴⁹ a viagem é retrata no texto após a informação da renúncia de Quadros. Esse tipo de narrativa acaba contribuindo para respaldar entre os leitores o veto militar imposto a Jango, tido como um político de esquerda em viagem a um país comunista. Sendo que essa justificativa fica ainda mais clara em dois livros⁵⁰ que retiram o caráter oficial da viagem, ao informar que no momento da renúncia Goulart estava em “viagem à China”.

Apesar de ter sido iniciada por Jânio Quadros, a política externa independente foi efetivamente realizada durante o Governo Goulart, informação que está presente em cinco livros didáticos⁵¹. Encontramos apenas um exercício de vestibular⁵² que apontava que Jango continuou a política externa iniciada por seu antecessor.

Sobre a oposição à posse de Goulart como presidente, os livros didáticos elencam alguns atores envolvidos. Relacionados à oposição civil encontramos em seis livros expressões como “grupos conservadores”, “empresários”, “burguesia”, “elite econômica”. A UDN, enquanto partido, foi apontada em quatro livros como opositora à posse de Jango. É interessante perceber que a narrativa construída por esses livros apresenta a existência de uma oposição a Goulart, com participação dos grupos econômicos e políticos, desde o momento da sua posse. Talvez, explicar a participação de civis no golpe que depôs João Goulart se torne uma tarefa mais simples quando a oposição desse grupo é exposta logo no momento da posse.

Porém, o grupo mais relacionado à oposição da posse de Jango foram os militares, sendo que esse termo é encontrado em oito livros⁵³. Termo similar, “forças armadas” também foi utilizado em quatro livros⁵⁴, e em cinco⁵⁵ os ministros militares foram apresentados como grandes responsáveis pelo veto.

Embora o veto dos ministros militares à posse de Goulart seja retratado, no corpo do texto, por cinco livros, esse tema não alcança o mesmo destaque nos exercícios.

⁴⁹ História: uma abordagem integrada; História (Divalte); Estudos de história; História: das cavernas ao terceiro milênio; Conexões com a História; História Global – Brasil e Geral; Brasil: história e sociedade; História: texto e contexto; Novo olhar história; História em foco; História: geral e Brasil; Rumos da história.

⁵⁰ História: geral e Brasil; Rumos da história.

⁵¹ História (Divalte); História o mundo por um fio; História Global – Brasil e Geral; História: texto e contexto; História em foco.

⁵² Exercício de vestibular PUC-RJ, sem data, presente no livro História Global – Brasil e Geral, p. 578.

⁵³ História: uma abordagem integrada; História (Divalte); Estudos de história, História Global – Brasil e Geral; História: texto e contexto; Novo olhar história; História em foco; História: geral e Brasil.

⁵⁴ História (Gislane e Reinaldo); História: das cavernas ao terceiro milênio; História geral e do Brasil; História em movimento.

⁵⁵ História do mundo ocidental; História: o mundo por um fio; Conexões com a História; Brasil: história e sociedade; Rumos da história.

Encontramos em dois livros⁵⁶ uma mesma questão sobre o veto, extraída do vestibular da Fuvest de 2002.

Ainda é comum nos livros didáticos o uso das expressões “forças armadas” e “militares” empregadas de forma generalizante para justificar a oposição a Goulart, dando a impressão que as três forças agiram de forma coesa. Apenas cinco livros fizeram distinção entre a posição das três armas e a ação dos ministros militares, sendo estes os que manifestaram publicamente a “inconveniência” do retorno do vice-presidente. Tratar as três armas como um bloco coeso e uniforme, impede o conhecimento da disputa de poder dentre elas, além de tornar difícil o entendimento de figuras como os generais Lott e Machado Lopes. A postura legalista destes generais poder soar estranha aos leitores, ou reforçar uma atitude de “herói”, ao atribuir ao caráter de uma pessoa uma ação que poderia ser justificada, se fosse conhecido o posicionamento político do mesmo dentre seu grupo.

Além de elencar quais eram os grupos opositores à posse de Goulart, os manuais escolares apresentam os argumentos utilizados por esses grupos. As razões mais apresentadas para o impedimento foram uma proximidade com o comunismo e a posição política à esquerda, que juntas foram retratadas em onze livros⁵⁷, dois quais apresentamos dois exemplos:

Enquanto isso, o alto comando das Forças Armadas, aliados a grupos conservadores ligados à UDN, tentava impedir a posse de Goulart, sob a alegação de que ele teria ligações com o comunismo. (História em movimento, p. 306)

Com a renúncia de Jânio Quadros, o vice João Goulart deveria assumir a presidência, no entanto, vários políticos e militares se opuseram à sua posse. João Goulart, popularmente conhecido como Jango, havia sido ministro do Trabalho no último mandato de Getúlio Vargas e era um defensor da política varguista. Tal fato era visto pelos militares como uma brecha para a infiltração de ideias socialistas, uma vez que Jango era considerado um político de esquerda. (Novo olhar história, p. 192)

A relação entre João Goulart e Getúlio Vargas também foi apontada em nove livros didáticos como argumento utilizados pelos opositores da posse. Três livros didáticos⁵⁸ analisam que a passagem de Jango pelo Ministério do Trabalho foi utilizada por seus opositores como justificativa para o impedimento e em outros três⁵⁹, o motivo era ser

⁵⁶ História: uma abordagem integrada; História: o mundo por um fio.

⁵⁷ História: uma abordagem integrada; História (Divalte); História (Gislane e Reinaldo); História: das cavernas ao terceiro milênio; Conexões com a História; História Global – Brasil e Geral; História em movimento; História: texto e contexto; Novo olhar história; História em foco; História: geral e Brasil.

⁵⁸ História: das cavernas ao terceiro milênio; História: texto e contexto; Novo olhar história.

⁵⁹ Conexões com a História; Brasil: história e sociedade; Rumos da história.

apontado como “herdeiro de Vargas”. Também foram encontradas referências⁶⁰ à “identificação com o populismo getulista”, “defensor da política varguista”, além de ter sido “acusado de pretender implantar uma ‘república sindicalista’”.

Dessa forma, percebemos que os livros didáticos conseguem apresentar a gama de argumentos, utilizados na época dos fatos, para tentar justificar o impedimento à posse de Jango. Sua proximidade com o movimento trabalhista, com o partido comunista e ser considerado herdeiro de Vargas, foram usados como motivo pelos ministros militares para se oporem à posse de Goulart, e o livros conseguem apresentar essa discussão.

Entre os defensores da posse de João Goulart, os mais citados são Leonel Brizola, que aparece em dezessete livros⁶¹; general Machado Lopes e/ou III Exército, em dez livros; e general Lott, citado em dois⁶². Sendo esses dois primeiros diretamente relacionados a “Cadeia da Legalidade”. Há diferentes posições sobre como se deu a efetiva participação de Machado Lopes. Seis livros⁶³ descrevem como “apoio” a Brizola; um manual⁶⁴ aponta que a Campanha da Legalidade ganhou força com a adesão do general; outro⁶⁵, que crise política se agravou quando Machado Lopes apoiou a posse de Goulart; já esse afirma que o comandante do III exército “emitiu um comunicado garantido a posse de João Goulart”⁶⁶; e por último⁶⁷, há o argumento que o marechal Lott liderou os militares legalistas em defesa da constituição e que Brizola e Machado Lopes apoiavam o “legalismo”.

É interessante destacar que a relação de parentesco entre Goulart e Brizola foi exposta em quatro livros⁶⁸, argumento que pode ser utilizado para deslegitimar o movimento criado pelo então governador do Rio Grande do Sul. Dentre essas quatro citações, apresentamos uma que, além de informar o parentesco, aponta Brizola como possível herdeiro de Jango:

O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, do PTB, cunhado de Goulart e seu provável herdeiro político, passou a defender radicalmente a posse, ameaçando até mesmo com resistência armada para fazer valer o respeito à Constituição. Do sul, Brizola organizou a Voz da Legalidade, uma

⁶⁰ Respectivamente presente nos livros: História: texto e contexto; Novo olhar história; Brasil: história e sociedade.

⁶¹ Leonel Brizola não é citado apenas nos livros História sempre presente e História moderna e contemporânea.

⁶² História: uma abordagem integrada; História geral e do Brasil.

⁶³ História (Gislane e Reinaldo); Estudos de história; História Global – Brasil e geral; Brasil: história e sociedade; História em movimento; História: geral e Brasil.

⁶⁴ História: o mundo por um fio.

⁶⁵ História geral e do Brasil.

⁶⁶ História do mundo ocidental.

⁶⁷ História: uma abordagem integrada.

⁶⁸ História (Gislane e Reinaldo); História geral e do Brasil; História Global – Brasil e geral; História em movimento.

rede de rádio criada para conseguir apoio a Jango em todo o Brasil. (História geral e do Brasil, p 157)

Outros atores envolvidos na defesa da legalidade são apresentados de forma condensada por poucos livros. São mencionados: trabalhadores; profissionais liberais; pequenos empresários; partidos de centro-esquerda e esquerda; grupos civis, população; UNE/movimento estudantil; sindicatos, OAB, CNBB, UDN e JK. A lista parece longa, contudo, um mesmo livro pode trazer mais de um dessas entidades. Como exemplo, destacamos os seguintes trechos:

O movimento [Campanha da Legalidade] ganhou força quando o comandante do III Exército, com sede no Rio Grande do Sul, tomou a decisão de apoiar a posse de João Goulart. A UNE e vários sindicatos em todo o país declararam greve. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e os partidos políticos, inclusive a UDN, também se manifestaram pelo cumprimento da Constituição. A única liderança civil que apoiou abertamente o golpe militar foi o udenista Carlos Lacerda, então governador do estado do Guanabara. (História: o mundo por um fio, p.320)

O grupo favorável incluía uma parcela dos líderes sindicalistas e trabalhadores, profissionais liberais e pequenos empresários. Para representar este grupo foi organizada a Frente Legalista, que pretendia garantir a posse de Jango, em cumprimento da lei. Nascida no Rio Grande do Sul, a Frente Legalista era liderada pelo governador desse estado, Leonel Brizola (cunhado de Jango), e apoiada pelo comandante do III Exército, general Machado Lopes. (História Global – Brasil e Geral, p. 552)

O país foi colocado à beira da guerra civil. Em defesa de Jango, os partidos de esquerda e centro-esquerda, aliados aos sindicatos e ao movimento estudantil, lançaram-se às ruas. No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola, com o apoio da população e do comando do III Exército, criou a "Rede da Legalidade", ameaçando ir até à luta armada para garantir o respeito à Constituição. (Brasil: história e sociedade, p. 278)

Ao todo oito livros⁶⁹ apresentam pelo menos algum outro agente político que apoiou a manutenção da ordem legal. Porém, como esses atores são apresentados em blocos e por poucos manuais escolares, no geral permanece a visão de Brizola como principal, se não o único, defensor da posse de Goulart.

Há poucas imagens sobre a Campanha da Legalidade, presente em apenas três livros⁷⁰, sendo que a figura de Brizola é retratada em todas. Destacamos as seguintes legendas fornecidas pelos livros:

⁶⁹ História: uma abordagem integrada; História (Divalte); História: o mundo por um fio; Conexões com a História; História Global – Brasil e Geral; Brasil: história e sociedade; Novo olhar história; História em foco.

⁷⁰ História (Gislane e Reinaldo); História: o mundo por um fio; História em movimento.

Manifestantes ostentaram cartazes com a foto do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, em frente ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, durante a Campanha da Legalidade (1961), movimento em defesa da posse de João Goulart na Presidência da República. Brizola, cunhado de Jango e seu aliado político, era o principal mentor da campanha. Assis Hoffmann/Next Foto (História em movimento, p. 305)

Em Porto Alegre, durante a crise da legalidade, o comandante do III Exército, general Machado Lopes (à direita), e o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (ao centro), acompanham João Goulart (à esquerda) do aeroporto até o Palácio Piratini. Arquivo Nacional/ Fundo Correio da Manhã (História: o mundo por um fio, p. 320)

As legendas acima são ilustrativas ao demonstrarem argumentos distintos. Enquanto a primeira citação foca na figura de Brizola, como líder do movimento e simultaneamente reforça o laço de parentesco com Goulart. Já a segunda citação demonstra a participação do general Machado Lopes, que, ao aderir ao movimento liderado pelo governador gaúcho, conferiu maior influência ao mesmo, devido ao poder bélico do exército que comandava.

Sobre a “Campanha da Legalidade”, liderada por Brizola, é possível elencar alguns motivos para o surgimento da mesma. Em seis livros⁷¹, esse movimento foi criado como “reação”/”resistência” à decisão dos ministros militares e/ou “intervenção militar”. O caráter legalista do movimento foi exposto por onze livros⁷², nos quais podemos encontrar expressões como “manutenção da legalidade”, “cumprimento da constituição” e “respeito à Constituição”. A disposição em partir para o confronto armado também foi destacada por sete manuais⁷³.

Nos livros didáticos predominam duas correntes explicativas para a adoção do parlamentarismo, como solução “conciliatória”/ “de compromisso” para a crise política e como solução para a ameaça de conflito armado, que são encontradas, respectivamente, em sete⁷⁴ e em dez⁷⁵ manuais. Esse tema foi objeto de quatro exercícios, sendo que em três a

⁷¹ História do mundo ocidental; História (Divalte); História: o mundo por um fio; História em movimento; História: texto e contexto; História em foco.

⁷² História: uma abordagem integrada; Estudos de história; História: das cavernas ao terceiro milênio; História: o mundo por um fio; História geral e do Brasil; Conexões com a História; História Global – Brasil e Geral; Brasil: história e sociedade; História em movimento; História: geral e Brasil; Rumos da história.

⁷³ História (Divalte); História (Gislane e Reinaldo); Estudos de história; História geral e do Brasil; Brasil: história e sociedade; História em movimento; História em foco.

⁷⁴ História do mundo ocidental; História (Divalte); História: das cavernas ao terceiro milênio; História: o mundo por um fio; Conexões com a História; História: texto e contexto; História em foco.

⁷⁵ História: uma abordagem integrada; História (Gislane e Reinaldo); Estudos de história; História geral e do Brasil; História Global – Brasil e Geral; Brasil: história e sociedade; História em movimento; Novo olhar história; História: geral e Brasil; Rumos da história.

resposta tende para afirmar que a mudança de regime político ocorreu para evitar uma guerra civil, e em um exercício, seria para resolver a crise política.

O principal responsável apontado pela escolha dessa saída foi o Congresso Nacional, sendo apontado por onze livros⁷⁶. Em três⁷⁷, não fica claro de quem partiu a decisão, apenas informando a passagem para o parlamentarismo. E em um livro⁷⁸ a adoção do parlamentarismo foi apontada como um acordo entre as forças que tentavam impedir a posse de Goulart e as forças legalistas.

Embora a adoção do parlamentarismo seja apresentada como uma solução, seja para o empasse político, seja para uma eminência de guerra, os livros não deixam claro que também representou uma derrota às pretensões dos ministros militares.

E como esses mesmos livros apresentam a atuação de João Goulart? Em dois⁷⁹, Jango teria aceitado o parlamentarismo para evitar uma guerra civil, e para outros dois⁸⁰ não teria outra escolha. Percebemos que poucos são as obras que tentam explicar por que o vice-presidente aceitou assumir a presidência com poderes limitados, sendo desconsiderada a escolha política de Goulart de não provocar uma guerra civil.

A partir da análise exposta ao longo desse capítulo, podemos perceber a criação de três representações sobre João Goulart: do político populista – que consideramos a principal e duas menos expressiva, que seriam desdobramento da primeira –; do político perigoso, pois ligado ao comunismo e do político fraco.

Getúlio Vargas é apontado pela maioria dos livros didáticos com o principal representante do populismo no Brasil, e ao se estabelecer uma linha de continuidade entre Vargas e Goulart, esses livros colaboram para que esse segundo personagem ainda seja visto dessa forma. A personificação do poder, característica atribuída aos líderes populistas, é reforçada nas passagens em que as ações governamentais são expostas como decisões pessoais, como no caso do aumento do salário mínimo. Outra característica é a busca pela aproximação com as massas, em especial atendendo suas reivindicações, assim o aumento do salário mínimo em cem por cento seria uma forma de manipular os trabalhadores, que não foi fruto de uma mobilização social, e sim de uma posição pessoal do então ministro.

⁷⁶ História (Divalte); História (Gislane e Reinaldo); História: das cavernas ao terceiro milênio; História: o mundo por um fio; História geral e do Brasil; Conexões com a História; Brasil: história e sociedade; História em movimento; História: texto e contexto; História em foco; História: geral e Brasil.

⁷⁷ História: uma abordagem integrada; Estudos de história; História Global – Brasil e Geral.

⁷⁸ Novo olhar história.

⁷⁹ História: das cavernas ao terceiro milênio; Novo olhar história.

⁸⁰ História (Divalte); História em foco.

As duas eleições de Jango para o cargo de vice-presidente não são vistas como resultado de um projeto político, que com o passar do tempo conseguia mais respaldo entre a população; mas sim como vitória do legado de Vargas, em outras palavras, do legado populista. Talvez por isso seja importante para os manuais resgatar a passagem de Goulart pelo Ministro do Trabalho e o ponto mais polêmico de seu ministério, para justificar suas duas vitórias.

Se um político populista é algo a ser temido, a situação agrava-se se o mesmo é ligado ao comunismo. Quando os livros didáticos não associam a ida de Goulart à China como parte da política externa independente, ou a uma tentativa de golpe de Jânio Quadros, cria-se brecha para justificar o impedimento de sua posse.

Por último, os livros didáticos retratam João Goulart como um político fraco, quando o mesmo aceitou passivamente a limitação de seus poderes. Porém, quando os manuais escolares tratam do retorno ao presidencialismo, apresentam Jango como o principal arquiteto e beneficiário, usando a categoria de manipulação, ainda que indiretamente.

Dessa forma, percebemos que aos poucos a narrativa escolar vai consolidando a imagem de João Goulart como um político populista e, a partir dessa análise, o golpe militar de 1964 pode ser entendido como crise desse populismo, devido a inabilidade de Goulart de manter o jogo político, visão essa que abordaremos a seguir.

3 Governo Goulart: crise do populismo?

Apesar de ter sido amplamente criticado por historiadores e cientistas sociais, o termo “populismo” ainda é uma constante nos livros didáticos analisados, tendo sido encontrado em todos. Poucos são os livros que se preocupam em contextualizar esse conceito e fazer uma crítica ao mesmo. A maioria o utiliza como um fenômeno que realmente existiu e não como uma categoria de análise da sociedade criada em um determinado período. Em alguns casos é feito algum tipo de crítica, mas permanece a utilização do termo.

Antes de analisarmos como o populismo é apresentado nos livros didáticos, e qual é a relação estabelecida entre esse conceito e o Governo de João Goulart, acreditamos ser importante recuperarmos a história da formação desse termo, bem como das críticas a ele estabelecidas.

No livro *O populismo e sua história: debate e crítica*⁸¹ os autores fazem uma trajetória de utilização do conceito e críticas à utilização do mesmo como categoria de análise. Neste trabalho, Jorge Ferreira (2001, p.8) destaca que as primeiras aparições do termo ocorreram em 1945, no contexto do fim do Estado Novo, sendo empregado para construir imagens negativas e desmerecedoras dos adversários políticos. Apenas na década seguinte, o termo seria utilizado no meio acadêmico.

Sobre a apropriação do termo por intelectuais, Angela de Castro Gomes (2001) destaca a importância da formação do Grupo de Itatiaia⁸², na década de 1950, para a formulação do conceito mais acadêmico do populismo. O ensaio “Que é o ademarismo?” analisa a projeção do político Adhemar de Barros na disputa à presidência da república de 1954. Nessa análise são lançadas proposições que serão incorporadas ao conceito de populismo, que passa a ser visto sob dois pilares. O primeiro é a política de massas, fenômeno que ocorre com a proletarianização dos trabalhadores que saíram das áreas rurais para as cidades. Esses novos trabalhadores, sem consciência e sentimento de classe, não se organizam nem participam da política como classe, são caracterizados como “massa” e estão passíveis de serem manipulados. Apenas a tomada de consciência de classe poderia libertar os trabalhadores do populismo. O segundo pilar do populismo está associado ao novo jogo de

⁸¹ FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁸² Grupo formado em 1952, formado, dentre outros, por Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Hélio Jaguaribe. Lançaram, em 1953, o Caderno do nosso tempo, publicação importante para a divulgação da ideologia nacional-desenvolvimentista e criaram o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), que foi a base para a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISB).

poder, quando as elites tradicionais perderam representatividade. Para manter-se no comando do Estado, a classe dirigente precisa conquistar o apoio político das massas emergentes (GOMES, 2001, p. 25). Satisfeitas essas duas condições, abre-se espaço para o surgimento de um líder carismático capaz de mobilizar as massas e empolgar o poder.

Jorge Ferreira (2001, p. 68) destaca a influência da teoria da modernização, que surgiu nos anos 1950/1960, na proposição do populismo feita pelos integrantes do Grupo de Itatiaia. De acordo com essa teoria, o populismo surgiu no contexto da transição de uma “economia tradicional” para uma “economia de mercado”. Analisando a teoria da modernização Ferreira expõe:

Como a mescla de valores tradicionais e modernos, os líderes populistas se projetaram em sociedades que não consolidaram instituições e ideologias autônomas, mas necessariamente seriam substituídos por outras lideranças portadoras de idéias classistas quando o capitalismo alcançasse maturidade na região. (FERREIRA: 2001, p.65)

Assim, as proposições sobre o populismo, feitas nas décadas de 1950 e início da década seguinte, entendiam esse fenômeno como resultado da transição de uma economia agroexportadora para uma economia industrial, quando surgem as massas.

Para Angela de Castro Gomes, até 1964 o populismo era estudado como resultado do processo de urbanização e industrialização dos países latino-americanos. Porém, após o golpe militar, os intelectuais brasileiros passaram a procurar no populismo as origens do golpe. Nas palavras da referida historiadora:

É neste contexto intelectual e político que uma associação fundamental é traçada: as causas do golpe deitaram raízes no esgotamento da experiência populista, que passa a possuir uma clara periodização. Ela tem início em 1930, quando eclode o movimento militar liderado por Vargas, e se conclui em 1964, quando do movimento militar que depõe João Goulart. Desta forma, tanto o tema quanto o período se transformam num imperativo de pesquisa na área das ciências sociais. De 30 a 64 vive o “ciclo populista”, e este adjetivo passa a se estender a diferentes substantivos. (GOMES: 2001, p. 27-28)

Dentre os intelectuais dessa nova fase, Gomes destaca a importância do sociólogo Francisco Weffort no estudo do populismo e seus impactos no golpe de 1964, devido à sua grande influência não só no período, mas também na construção de uma corrente sobre o tema em questão. Segundo a análise que Angela de Castro Gomes faz sobre Weffort, esse sociólogo apresenta o populismo como “produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, instaurado a partir da Revolução de 1930, e que manifesta de uma dupla forma: como estilo de governo e política de massas.” (GOMES: 2001, p. 32)

A Revolução de 1930 instaurou um novo equilíbrio de poder, no qual conviviam de forma instável as “velhas” oligarquias, debilitadas; as oligarquias “alternativas”, ainda sem a força política consolidada; e um novo segmento: o empresariado urbano. Nesse terreno instável se fez necessária a aproximação com as classes populares, que eram temidas pelas elites, mas não possuíam organização para uma participação efetiva e autônoma no cenário político nacional. Deste contexto, Weffort propõe que surgirá um Estado de compromisso, que Gomes resumirá da seguinte forma:

o autor [Weffort] proporá o conceito, que terá largo trânsito, de Estado de compromisso, que é também um Estado de massas. Ou seja, a idéia do compromisso remeteria a duas frentes que estabeleceriam, ao mesmo tempo, seus limites e potencialidades. Um compromisso junto aos grupos dominantes, consagrando um equilíbrio instável e abrindo espaço para a emergência do poder pessoal do líder, que passa a se fundir com o Estado como instituição; e um compromisso entre o Estado/Príncipe e as classes populares, que passam a integrar, de forma subordinada, o cenário político nacional. Estilo de governo e política de massas integrando o núcleo do que seria o populismo da política brasileira. (GOMES: 2001, p. 33)

Esse compromisso entre o Estado e a massa é uma forma de o primeiro garantir apoio político e legitimidade do segundo, em um contexto de instabilidade. Para que esse apoio exista é necessário que o Estado atenda parte das demandas populares, ocorrendo a manipulação. Contudo, Gomes destaca que o conceito de manipulação proposto por Weffort carrega uma ambiguidade, “por ser tanto uma forma de controle do Estado sobre as massas quanto uma forma de atendimento de suas reais demandas.” (GOMES: 2001, p. 34).

Weffort acena que o populismo possibilitou sua própria derrocada. À medida que as massas ampliassem a consciência de sua cidadania, a dependência em relação ao Estado diminuiria, enfraquecendo, portanto as condições de existência do mesmo.

Esse raciocínio permitiria contextualizar o Golpe de 1964 como resultado da crise do populismo. Para Weffort, na década de 1960, ocorreram o esgotamento do modelo econômico de substituição de importação e o esgotamento do regime político, que não conseguia lidar com a pressão que a população exercia para a realização das reformas de base.

Para Angela de Castro Gomes, os intelectuais das décadas de 1960 e 1970, dentre esses Weffort, atribuíam como causa do Golpe a “incompatibilidade entre transformações econômicas e mobilização social, de um lado, e manutenção institucional da democracia, de outro.” (GOMES: 2001, p. 37). A única solução para esse impasse seria a radicalização, seja pela realização das reformas “na marra”, seja pela supressão da mobilização popular.

Nos anos 1980, em meio à distensão da ditadura no Brasil e à crise dos paradigmas totalizadores nas ciências sociais e na história, surgiu espaço para crítica do

populismo. O trabalho de Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, foi um marco na crítica ao tema. A autora passou a questionar o uso do termo para designar a relação estabelecida entre o Estado e trabalhadores durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. Segundo a autora, o termo populismo pressupõe o imaginário de um Estado forte e ativo, capaz de controlar totalmente a massa, tida como fraca e passiva. A massa não é vista como sujeito histórico, sendo apenas o alvo das ações populistas, que eram manipuladas ou cooptadas, sendo constantemente enganadas pelos líderes populistas.

Em seu trabalho, Gomes procurou romper com a ideia de que a Revolução de 1930 interrompe o desenvolvimento da classe operária brasileira, ao instaurar duas fases, a primeira de um passado heroico, anterior à Revolução, e a segunda de um tempo de alienação. Para isso, investigou a história da constituição da classe trabalhadora no Brasil, atribuindo-lhe o papel de sujeito, “que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades.” (GOMES: 2001, p. 46).

Como o objetivo da historiadora era demonstrar o papel ativo da classe operária brasileira e demonstrar que, mesmo em posições desiguais, Estado e trabalhadores eram capazes de se apropriar e reler as propostas político-ideológicas um do outro, o termo populismo não poderia ser utilizado, visto que pressupõe manipulação e passividade, negando aos trabalhadores a capacidade de ação e negociação.

Por essa razão Angela de Castro Gomes utiliza um novo termo, o trabalhismo, e defende a formação de um pacto entre esses atores, o qual define como:

O pacto trabalhista, pensado ao longo do tempo, tem nele, de modo integrado mas não redutível, tanto a palavra e a ação do Estado (que sem dúvida teve o privilégio de desencadeá-lo), quanto a palavra e a ação da classe trabalhadora, ressaltando-se que nenhum dos dois atores é uma totalidade harmônica, mantendo-se num processo de permanente reconstrução. (GOMES: 2001, p.48)

Outro marco importante no debate acerca do populismo foi a publicação do livro citado no início desse capítulo, *O populismo e sua história: debate e crítica*. Os diversos autores desse livro, em maior ou menor grau, tiveram como objetivo não apenas questionar o uso do populismo como categoria de análise, mas demonstrar que esse conceito por ser tão genérico e ser aplicado a personagens políticos tão díspares, além de negar aos trabalhadores capacidade de ação, nega a existência de um projeto político: o trabalhismo.

Apesar de amplamente criticado, o termo ainda é encontrado, a exemplo dos livros didáticos e das análises políticas do cenário atual. Nos livros didáticos, o primeiro sinal de sua presença está nos títulos de capítulos, como “América Latina entre o populismo e o

militarismo”⁸³, “Governos populistas no Brasil”⁸⁴, “Democracia e populismo (1945-1964)”⁸⁵; e subtítulos, “A volta do populismo”⁸⁶, “Fatores da crise e do colapso do populismo”⁸⁷, dentre outros. Esse tipo de enunciado foi encontrado em onze manuais consultados, um indício de como o populismo ainda é um conceito de peso para a história escolar. Mesmo nos livros que não trazem a palavra “populismo” em seus títulos, o termo é encontrado no corpo do texto e em muitos exercícios, estando presente em todos os manuais consultados.

O conceito de populismo é fornecido pelos autores dos livros ou em citações de autoridades, como historiadores ou sociólogos, no corpo do texto ou em boxes e seções separadas, tendo sido encontrado em três capítulos, que tratam da Era Vargas⁸⁸, da América Latina⁸⁹ ou do período de 1945 a 1964 no Brasil⁹⁰.

Há nos manuais escolares dois eventos que marcam o início do período populista na América Latina, incluindo o Brasil – a Crise de 1929, apontado por onze livros⁹¹; e o fim da Segunda Guerra Mundial, citado por quatro manuais⁹².

Apesar dos marcos diferentes, o contexto do surgimento do populismo é semelhante, com o abalo dos grupos dominantes, acomodação de forças políticas, passagem de uma economia agroexportadora para uma economia industrial, massificação da classe operária e surgimento de líderes carismáticos. Ao compararmos os trechos abaixo, podemos perceber a proximidade dos argumentos:

Na realidade, estava em gestação um processo histórico que ultrapassaria o fenômeno getulista e marcaria o futuro político do país até 1964. A presença de um Estado forte e gerador da estabilidade política e personalização do poder do Estado em uma figura mítica que resolveria o problema de todos (o "pai dos pobres") constituíam elementos básicos dessa nova realidade política marcada pelo populismo. Além disso, esse líder deveria estar acima das correntes e dos partidos, sem comprometer-se diretamente com eles ou com suas bandeiras. Em um momento em que os meios de comunicação de massa começavam a desenvolver-se, o líder populista podia falar

⁸³ História (Divalte).

⁸⁴ História: das cavernas ao terceiro milênio.

⁸⁵ Brasil: história e sociedade.

⁸⁶ História (Gislane e Reinaldo).

⁸⁷ História sempre presente.

⁸⁸ História: o mundo por um fio; História geral e do Brasil; História Global – Brasil e Geral, História: texto e contexto; História: geral e Brasil.

⁸⁹ História (Divalte); História (Gislane e Reinaldo); Estudos de história; Conexões com a História; História em movimento; História em foco; História sempre presente; História: geral e Brasil.

⁹⁰ História do mundo ocidental; História: uma abordagem integrada; Estudos de história; História: das cavernas ao terceiro milênio; Conexões com a História; Brasil: história e sociedade; Novo olhar história; História sempre presente; História: geral e Brasil; Rumos da história; História moderna e contemporânea.

⁹¹ História (Divalte); História (Gislane e Reinaldo); Estudos de história; História: das cavernas ao terceiro milênio; História geral e do Brasil; História Global – Brasil e Geral; História em movimento; História: texto e contexto; História em foco; História sempre presente; História: geral e Brasil.

⁹² História: uma abordagem integrada; Conexões com a História; Brasil: história e sociedade; Rumos da história.

diretamente às massas urbanas, principalmente por meio do rádio, sem intermediários políticos e institucionais.

Outro fator determinante para o desenvolvimento do fenômeno do populismo foi a integração das massas populares urbanas ao processo político. A consolidação da estrutura urbano-industrial – em boa parte da América Latina – favoreceu o surgimento de novos segmentos sociais, principalmente o de uma incrível massa urbana sem condições mínimas de vida, vulnerável aos discursos demagógicos e populistas. Desse modo, os movimentos e os líderes populistas nasceram e se desenvolveram, sobretudo nas cidades, por meio de discurso destinado à grande massa urbana, especialmente ao operariado. O exagerado nacionalismo, a idéia do desenvolvimento industrial e a luta por leis sociais de defesa dos mais pobres e humildes tornaram-se partes fundamentais do discurso populista. O carisma pessoal e a demagogia fácil também constituíram características dos líderes populistas. (História: geral e Brasil, p. 349)

Na América Latina, a reorganização política internacional ocorrida após a Segunda Guerra Mundial levou ao fim dos governos autoritários, como era o Estado Novo no Brasil, e à consolidação do populismo, que também era expressão do poder das oligarquias.

(...)

Os grandes proprietários de terra, que já exerciam poder local durante a colonização, permaneceram no controle político após a independência. A forma de governo desejada por esse grupo social é aquela que lhe garanta privilégios em relação ao restante da nação; por isso, a onda democrática que varria o mundo após 1945 foi vista com preocupação no Brasil por esses setores habituados a controlar a vida política no país. Mas a pressão internacional era forte e os grupos políticos nacionais que desejavam mudanças na estrutura socioeconômica aproveitavam-se do contexto para ganhar força contra as oligarquias.

Para acomodar os focos de pressão e manter-se no poder, a saída encontrada pelos grupos dominantes foi a articulação de uma forma de governo que seguia atendendo a seus interesses econômicos, mas tinha uma face – a que se expunha em público – que parecia atender aos anseios populares. Essa forma de governo foi denominada **populismo**.

(...)

O populismo surgiu em um período em que a defesa internacional dos valores democráticos, em oposição aos valores totalitários do nazifascismo, provocou um sério questionamento do velho estilo de mandonismo das oligarquias fundiárias. Além disso, a expansão do setor industrial, o crescimento das cidades e do grupo de trabalhadores desvinculados da terra, geravam novas expectativas sociais e as camadas médias urbanas buscavam a modernização das relações políticas. O populismo foi, então, um fenômeno político surgido em um período de acomodação das novas relações sociais ao antigo sistema de poder e de estruturação da sociedade. (História: uma abordagem integrada, p.303)

Dessa forma, podemos perceber a influência da teoria da modernização na construção do conceito de populismo nos livros didáticos. O processo de urbanização, de aumento da capacidade industrial e massificação da classe operária são apresentados como contexto social para o surgimento do populismo. Além da influência dessa teoria, alguns

livros⁹³ citam diretamente Francisco Weffort para explicar o conceito, como na passagem abaixo:

A criação ou ampliação de leis trabalhistas, com mais garantias e direitos, foi, com o forte nacionalismo, característica comum aos governos populistas. A nova legislação atrelava, porém, as organizações de trabalhadores ao Estado, forçando-as a retribuir com apoio político os benefícios que recebiam. Por isso, o cientista político Francisco Weffort qualificou o estado populista como “um estado de compromisso”, que implicava obrigações e deveres de ambos os lados. (História: das cavernas ao terceiro milênio, p. 131)

O uso conceito de populismo e sua validade como categoria de explicação é reforçado não só por reprodução de trechos de artigos acadêmicos, mas também em exercícios. Foram encontrados vinte e cinco atividades em onze livros, sendo cinco questões de vestibulares.

Além de reforçar a validade dessa categoria, os livros didáticos, em geral, promovem a generalização do conceito, ao aplicarem o mesmo a diversos governos latino-americanos. Políticos como Juan Domingo Perón, Lázaro Cárdenas, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, entre outros, são reunidos no mesmo conjunto. Diferenças como período de governo e contexto político-social não são consideradas, sendo o que os une é o conceito impreciso e amplo de populismo. Para ser capaz de cobrir tantas diferenças, o conceito precisa se manter o mais frouxo possível, para abrigar até populismo de “direita” e “esquerda”, conforme os trechos a seguir.

O populismo, um dos aspectos marcantes do período [1945 a 1964], caracteriza-se pela presença de um líder carismático, que se dirige diretamente à população, ou seja, não depende das instituições para estabelecer contato com o povo. Embora abra espaço para a participação das camadas populares, o populismo baseia-se na autoridade do chefe político, que, considerado o benfeitor da população, tem de ser obedecido incondicionalmente. Sem uma fórmula única, o populismo varia de acordo com as correntes políticas (à esquerda ou à direita), o contexto institucional (por exemplo, nos sindicatos) e o estilo de cada líder (histriônico, paternalista, etc.). (História: geral e Brasil, p. 377)

O populismo é um estilo de fazer política marcado pela existência de um líder carismático que dialoga diretamente com o "povo", sem precisar de intermediários, sejam estes partidos políticos ou outras instituições. Esse líder se apresenta como crítico dos "ricos" e defensor dos pobres e fala uma linguagem "popular". No Brasil, alguns dos líderes populistas mais destacados foram Getúlio Vargas e Jânio Quadros.

O populismo pode, às vezes, passar por um processo de radicalização política, assumindo posições de esquerda, normalmente defendidas por comunistas e socialistas. No Brasil, isso aconteceu com o presidente João

⁹³ História do mundo ocidental; Estudos de história; História: das cavernas ao terceiro milênio; História: geral e Brasil.

Goulart, que se destacou por sua defesa das reformas de base, que incluíam a reforma agrária e a limitação da remessa de lucros das empresas multinacionais para o exterior. Com isso, Goulart entrou em colisão com os grupos conservadores e acabou sendo deposto pelos militares em 1964. (História moderna e contemporânea, p. 310-311)

Seis livros apresentam algumas críticas ao conceito. Nos livros *História do mundo ocidental* e *História geral e do Brasil*, essa crítica é encontrada em recortes de textos acadêmicos, em boxes separados do texto. São utilizados, respectivamente, trabalhos de Livia Cotrim e Jorge Ferreira, no qual esses intelectuais afirmam que termo nega aos trabalhadores capacidade de ação e tentam demonstrar a construção desse conceito como categoria de análise, criada por um determinado grupo, e não como a própria realidade da época.

Já os livros *História: o mundo por um fio* e *Novo olhar história*, a crítica é redigida pelos próprios autores, em uma seção à parte, tal qual aos livros citados anteriormente. Nessas seções, os autores dos manuais afirmam que o conceito populismo foi criado por intelectuais nas décadas de 1950 e 1960, alguma características atribuídas a esse termo – como personificação do poder e manipulação política –, e que atualmente o termo vem sendo criticado por colocar os trabalhadores na condição de passividade.

Por último, os livros *Conexões com a história* e *História: das cavernas ao terceiro milênio* informam que desde a década de 1970 o conceito vem sendo questionado por historiadores, que passaram a usar o conceito de “política de massas”, porém, o significado desse novo conceito não é explicitado.

Nas últimas três décadas, novos estudos historiográficos refutaram algumas ideias centrais do conceito de populismo. Os pesquisadores discordavam de que se vivesse, entre os anos 1950 e 1960, uma transição entre dois modelos de sociedade: para eles, a sociedade agrária e tradicional convivia com o novo universo urbano e fabril, e os dois polos econômicos mantinham vínculos fortes. Rejeitavam também o caráter genérico do conceito, que seria incapaz de explicar a especificidade de cada história nacional. Esses novos autores passaram a valorizar mais a noção de política de massas que a de populismo, destacando o exercício de poder pelos governantes e os mecanismos a que recorreram para construir fortes relações com os trabalhadores, sobretudo pelo uso da propaganda e da simbologia. (História: das cavernas ao terceiro milênio, p. 131)

Na década de 1970 em diante, porém, o conceito passou a ser questionado. Novos trabalhos recusavam a ideia de que os setores populares dependiam de líderes externos a eles e insistiam que os dois modelos de sociedade (rural e urbana) não eram excludentes. Não haveria, por tanto, transição de uma para outra, e sim relações e vínculos entre as duas faces das economias latino-americanas. Finalmente, no lugar da generalização que o conceito de populismo oferecia, esses novos trabalhos defendiam que cada experiência histórica fosse estudada em sua especificidade e numa perspectiva comparativa. Propunham, também, que as estratégias adotadas em cada

governo, como a do varguismo, fossem analisadas detalhadamente, como, por exemplo, a importância da propaganda na construção de uma relação forte com as massas trabalhadoras, a simbologia empregada pelos partidos e pelos políticos e a maneira como estes se vincularam com os grupos que os apoiavam.

Nessa mudança historiográfica, ainda hoje em curso, o conceito de populismo passou a conviver com a noção de política de massas e com o estudo dos mecanismos de exercícios de poder que foram utilizados em tantas partes da América Latina entre as décadas de 1930 e 1960. (Conexões com a história, p. 205)

Dessa forma, podemos perceber que, nos trechos acima, o conceito de populismo não é totalmente rejeitado. Apesar de tentar usar argumentos de autoridade ao citar, por exemplo, uma pesquisa historiográfica, os autores ainda mantém a ideia de que as propagandas e os símbolos sozinhos garantiriam o controle das massas pelo Estado, ou seja, não atribuem aos trabalhadores a capacidade de se apropriarem e realizar uma releitura dessas propagandas, permanecendo uma análise de unidirecional das ações do Estado para o operariado.

Não foram apenas esses dois manuais que, apesar das críticas, mantiveram o uso do conceito. Nos outros, é possível encontrar o termo nos títulos e subtítulos de capítulos e em exercícios no final da unidade, sendo a única exceção o livro *História: o mundo por um fio*, que estabeleceu a crítica ao populismo e o não o utilizou. Não há exercícios, não é encontrado no título da unidade ou em legendas de imagens.

Apesar de ser pouco citado, podemos perceber a influência da tese de Weffort nos livros didáticos, através da ideia de que o golpe de 1964 foi fruto do colapso do populismo. Ao analisar o governo de João Goulart, a maior parte das narrativas escolares prioriza os fatos que sustentam a tese de radicalização da crise, sendo apresentada de tal forma que o golpe parece ser a única saída. A fase parlamentarista, que foi o maior período de seu governo e que obteve algumas conquistas é sistematicamente relegada ao esquecimento,

O fracasso do novo sistema de governo e o retorno ao presidencialismo é a primeira informação que a maioria dos livros didáticos apresenta sobre a fase parlamentarista do governo Goulart. Os quinze meses em que vigorou o parlamentarismo e as ações adotadas nesse período praticamente não estão presentes nos livros escolares.

Apenas quatro livros⁹⁴ apresentam algum dado sobre esse período, como a elaboração do Plano Trienal, a manutenção da política externa independente, promulgação da

⁹⁴ História do mundo ocidental; História: das cavernas ao terceiro milênio; História: texto e contexto; Rumos da história.

lei que restringia a remessa de lucros e propostas como o reajuste periódico dos salários, nacionalização de subsidiárias estrangeiras e a implantação das reformas de base.

Chamou-nos a atenção um livro que atribuiu a Tancredo Neves, então Primeiro-ministro, as medidas adotadas pelo governo, conforme o trecho a seguir:

O deputado Tancredo Neves assumiu o cargo de primeiro-ministro na fase inicial do parlamentarismo. O Conselho de Ministros, presidido por Tancredo Neves, era composto, em sua maioria, de ministros conservadores. Por essa razão, havia uma tendência de conflitos entre os ministros e o presidente da República, que queria fazer várias reformas políticas e sociais. Mesmo assim, Tancredo Neves tomou várias iniciativas progressistas: impediu uma grande negociata com uma empresa estrangeira de mineração, chamada Hanna Corporation; restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética, rompidas desde a Guerra Fria, e o Brasil não condenou Cuba na OEA (Organização dos Estados Americanos), como queriam os Estados Unidos. (História do mundo ocidental, p. 474)

É interessante observar a ideia desse parágrafo, que ressaltou a limitação de poderes do presidente da república, poder que passou a ser de fato exercido pelo primeiro-ministro. Apesar de João Goulart não ser citado, subentende-se que o mesmo estava ocupando um cargo sem qualquer possibilidade de interferência nas ações governamentais, além de atribuir a Tancredo Neves toda a responsabilidade pelas decisões, destacando-o como figura central do período.

A busca de Goulart pela restituição dos poderes e o retorno ao presidencialismo é o tema mais abordado nos textos escolares. Dentre os livros consultados, em quinze⁹⁵ a primeira ação do governo apresentada foi a realização do plebiscito, além de apontar João Goulart como o principal responsável por sua realização. Essa associação pode ser percebida em expressões como: “consegui que se antecipasse o plebiscito”⁹⁶; “passou a articular a realização do plebiscito”⁹⁷ e “convocou o plebiscito”⁹⁸. Seu nome é diretamente relacionado por sete livros, mas se considerarmos expressões como “governo” e “partidários de Goulart”, sobe para dez o número de manuais que estabelecem essa relação⁹⁹. Destacamos alguns trechos que enfatizam o envolvimento do presidente com o plebiscito:

Em pouco mais de um ano, o Brasil teve três primeiros-ministros. Essa instabilidade do parlamentarismo agradava a poucos e fazia crescer o número de pessoas que defendiam a volta do regime presidencialista.

⁹⁵ História: uma abordagem integrada; História (Divalte); História (Gislane e Reinaldo); Estudos de História; História: o mundo por um fio; História geral e do Brasil; Conexões com a História; História Global – Brasil e Geral; História em movimento; Novo olhar história; História em foco; História sempre presente; História moderna e contemporânea.

⁹⁶ História (Divalte); História em foco.

⁹⁷ Estudos de história; História: texto e contexto; Novo olhar história.

⁹⁸ História: geral e Brasil.

⁹⁹ História: o mundo por um fio; Brasil: história e sociedade; Conexões com a História.

Liderados pelo próprio João Goulart, vários setores da sociedade passaram a exigir a antecipação do plebiscito. Diante da pressão, o Congresso Nacional antecipou a consulta popular que, em 6 de janeiro de 1963, deu expressiva vitória ao presidencialismo. (História – Divalte, p. 373-374)

Paralelamente, Jango passou a articular a realização do plebiscito, que estava previsto em lei, e a fazer apologia sobre a conveniência do retorno ao presidencialismo, conquistando a opinião pública; em 6 de janeiro de 1963, o povo votou pela volta do sistema presidencialista. (História: das cavernas ao terceiro milênio, p. 141)

Em janeiro de 1963, Jango convocou um plebiscito que decidiu pelo retorno do presidencialismo, retomando então os poderes do Executivo para implementar as Reformas de Base. Com a reintegração dos poderes presidenciais, o sistema populista retornou com toda a força e num contexto político em que a mobilização social se tornou mais ampla e forte. (História: geral e Brasil, p. 385)

Oito livros¹⁰⁰ informam que o plebiscito já estava marcado, ocorrendo então uma antecipação do mesmo, enquanto que seis¹⁰¹ não trazem essa informação. Ao apontar o presidente como o único responsável pela realização ou antecipação plebiscito, o texto escolar desconsidera que o retorno ao presidencialismo atendia não somente aos interesses de Goulart, que via no retorno ao presidencialismo a diminuição dos entraves à implantação das reformas de base, mas também satisfazia os opositores e demais políticos do período que tinham pretensões de concorrer às eleições de 1965. Não informar que havia outros interessados no fim do parlamentarismo contribui para manter a representação da manipulação de Goulart, ao ser o único beneficiado com o retorno dos poderes ao cargo de presidente.

Existem duas correntes predominantes para o motivo da realização do plebiscito. A primeira é o “fracasso do sistema parlamentarista” devido a alta rotatividade no cargo de primeiro-ministro, corrente presente em seis manuais¹⁰². A segunda linha destaca a insatisfação política e social como o principal fator para a derrubada do novo sistema, apontada por quatro livros¹⁰³. Para exemplificar essas correntes destacamos os seguintes trechos:

A emenda constitucional que havia introduzido o parlamentarismo afirmava que o sistema seria posto em prática em caráter experimental, devendo ser realizado um plebiscito em 1965, convenientemente no final do mandato de

¹⁰⁰ História (Divalte); Estudos de história; História: das cavernas ao terceiro milênio; História geral e do Brasil; Conexões com a História; História Global – Brasil e Geral; História: texto e contexto; Novo olhar história.

¹⁰¹ História do mundo ocidental; História: uma abordagem integrada; História (Gislane e Reinaldo); História: o mundo por um fio; Brasil: história e sociedade; História em movimento.

¹⁰² História (Divalte); História (Gislane e Reinaldo); Estudos de história; História geral e do Brasil; História em movimento; História em foco.

¹⁰³ História do mundo ocidental; História (Gislane e Reinaldo); História em movimento; Rumos da história.

Jango como presidente, para confirmar ou não sua adoção. No entanto, o fracasso do sistema era visível, e o plebiscito acabou sendo antecipado em dois anos. (História geral e do Brasil, p. 157)

O artifício do parlamentarismo não foi suficiente para conter o crescente clima de tensão social e política. Sentia-se certo imobilismo por parte do governo, em consequência da estrutura dual de poder (presidente e primeiro-ministro). A saída institucional foi marcar um plebiscito no qual o povo decidiria o sistema de governo que deveria vigor no país. (Rumos da História, p. 612)

A partir dos trechos acima, podemos perceber que a fase parlamentarista do governo Goulart é retratada como fracasso, seja no plano político, seja no plano social, contribuindo para uma representação de constante crise e imobilismo.

As vantagens do retorno ao presidencialismo também são analisadas pelos livros. A restituição dos poderes ao presidente, que havia sido limitado com a instituição da figura do primeiro-ministro, é a principal consequência retratada por sete livros¹⁰⁴. Chamou-nos a atenção que apenas dois livros¹⁰⁵ relacionaram o retorno ao presidencialismo à possibilidade de se implantar as reformas de base, sendo que sua realização foi o cerne da campanha governamental para a derrubada do parlamentarismo. Dessa forma, para a narrativa escolar o retorno ao presidencialismo está diretamente relacionado à aquisição pessoal de poder, sendo que o discurso de época – que o parlamentarismo seria um entrave às reformas de base – não é resgatado.

Dentro dos vários itens que compunham o grupo de reformas que ficou conhecido como reformas de base, a reforma agrária é a mais citada pelos livros didáticos, estando presente em dezoito dos manuais consultados. Os outros temas citados como integrantes das reformas de base foram a reforma fiscal/tributária, presente em doze livros; a reforma educacional/universitária, em dez; reforma bancária, em nove; reforma administrativa, em sete; eleitoral/política, em seis; urbana/habitação e extensão do voto aos analfabetos, em cinco; remessa de lucros, monopólio estatal de setores estratégicos, direitos aos trabalhadores rurais, em quatro; extensão do voto aos militares de baixa patente, em três; e legalização do PCB, citado em um livro. Apenas seis livros apresentam algum objetivo para a realização das reformas, dentre os quais podemos destacar o desenvolvimento do país, promoção de distribuição de renda e justiça social, reorganização da estrutura econômica, social e política do país.

¹⁰⁴ História do mundo ocidental; História: uma abordagem integrada; História: o mundo por um fio; Conexões com a História; Brasil: história e sociedade; Novo olhar história; História: geral e Brasil.

¹⁰⁵ História: texto e contexto; História: geral e Brasil.

Sem dúvida a questão da reforma agrária foi um ponto sensível durante o governo de João Goulart, que criou divergências inclusive entre PTB e PSD, base política de seu governo. Porém, o destaque que os livros escolares dão ao tema da reforma agrária acaba por construir um imaginário de que esse foi o maior, se não o único ponto de atrito entre direita e esquerda nesse período. Um debate importante do período, que não foi abordado, é sobre a alteração da Constituição de 1946, para que fosse possível a indenização das terras desapropriadas por meio de títulos da dívida pública. Esse foi um debate acirrado, que desgastou inclusive a base aliada de Goulart, porém não foi incorporado à história escolar. Ao simplificarem a questão da reforma agrária, os livros didáticos constroem uma memória de que a reforma agrária era completamente rejeitada pela direita, nem informam que parte significativa da população acreditava a reforma era necessária, porém o debate maior estaria na forma da indenização, se prévia e em dinheiro, ou em dívida pública, resgatável em longo prazo.

Ao tratarem do Comício da Central, os livros didáticos privilegiam novamente o tema da reforma agrária, sendo citado por onze deles. Para a narrativa escolar, o Comício teria sido organizado para que Goulart a decretasse. Em seis livros¹⁰⁶, o presidente é apontado diretamente como o organizador do evento, e em outros seis¹⁰⁷, dá-se a entender o mesmo, uma vez que Jango é a única figura citada.

Da forma como o texto escolar é construído nos leva a entender que o presidente teria desapropriado uma vasta área, grande o suficiente para atender as expectativas da população. Apenas quatro manuais¹⁰⁸ informam que as áreas desapropriadas estavam localizadas ao longo de rodovias, ferrovias e açudes federais, e apenas um acrescenta que seriam propriedades com mais de 100 hectares nessas regiões.

No centro desses debates, o governo procurava mobilizar os trabalhadores em defesa de seu programa de reformas. Assim, em 13 de março de 1964, Jango realizou no Rio de Janeiro o "Comício das Reformas", no qual anunciou dois decretos: um nacionalizando refinarias de petróleo, e o outro, desapropriando terras para fins de reforma agrária. (História em foco, p. 278)

O Comício da Central foi relacionado ao populismo por quatro livros, e em um deles aparece a ideia de que Jango teria estimulado a pressão popular para a realização das reformas ao participar do referido comício.

¹⁰⁶ História (Divalte); História: das cavernas ao terceiro milênio; História Global – Brasil e Geral; Brasil: história e sociedade; História em foco; História: geral e Brasil; Rumos da História.

¹⁰⁷ História: uma abordagem integrada; História (Gislane e Reinaldo) Estudos de História; História geral e do Brasil; História em movimento; História: texto e contexto.

¹⁰⁸ História (Gislane e Reinaldo); Estudos de História; História em movimento; História; texto e contexto.

Jango tentou furar o cerco com a velha fórmula populista do apelo direto às massas, convocando os trabalhadores para um grande comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1964, em apoio às Reformas de Base. As oposições reagiram prontamente com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade de 19 de março, que levou milhares de pessoas ao Vale do Anhangabaú, em São Paulo. Logo depois, manifestação semelhante se realizaria no Rio de Janeiro. (Brasil: história e sociedade, p. 279)

A partir das análises que os livros didáticos fazem do retorno ao presidencialismo e do Comício da Central do Brasil, percebemos a construção de uma imagem populista de João Goulart, manipulando a reconquista de plenos poderes e os anseios populares. Assim, ao decretar a reforma agrária, teria ocorrido a radicalização da crise que culminou no golpe.

Apesar de alguns livros apresentarem a radicalização, tanto a direita quanto a esquerda, desde o começo do governo de João Goulart, é a partir do Comício e da assinatura da reforma agrária que a radicalização à direita é exposta de forma mais contundente por grande parte dos manuais escolares. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) são apresentados, por nove livros, como os principais agentes de oposição ao presidente¹⁰⁹. Nas narrativas escolares o objetivo desses institutos seriam impedir a ascensão dos movimentos dos movimentos populares, do comunismo, da esquerdização e das reformas de base, além de desestabilizar o governo e articular o golpe que deporiam Goulart.

As forças reacionárias organizaram-se em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), criado em 1961; do Instituto de Ação Democrática (Ibad), fundado no final dos anos 1950; e da Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949 por ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Civis e militares uniram-se contra o "perigo vermelho", ou seja, contra as reformas de base, que simbolizariam a ideologia socialista. (História: das cavernas ao terceiro milênio, p. 142)

Em oposição a esses movimentos progressistas, os conservadores também se organizaram. Membros da Igreja, grandes proprietários de terras e a elite industrial brasileira, associada a empresários estrangeiros, criaram órgãos como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Essas organizações tinham um caráter declaradamente anticomunista, criticavam a política social e econômica do governo Jango, o que tachavam de populista, e atuavam principalmente por meio do financiamento de candidatos contrários ao governo, além de se utilizarem dos mais variados meios de comunicação para desestabilizar o governo, como jornais, produção de filmes, conferências, panfletos e lançamentos de livros. (Novo olhar história, p. 192)

¹⁰⁹ Em menor quantidade são citados a Ação Democrática Parlamentar, a imprensa e a Escola Superior de Guerra como parte da radicalização à direita.

A radicalização à esquerda também é tratada pelos livros didáticos. São citados vários atores, com destaque maior para as Ligas Camponesas, a UNE e os Sindicatos/CGT. É retratada a dupla ação das esquerdas, por um lado apoiam o governo, mas também o pressionam para o avanço das reformas.

A narrativa escolar consegue demonstrar o clima polarizado da época e marca o Comício da Central do Brasil como início da escalada de radicalização que irá culminar no golpe militar. João Goulart, ao optar pela radicalização à esquerda, ao assinar a reforma agrária, abriu espaço para a direita organizar o golpe.

A Marcha da Família, com Deus pela Liberdade é apresentada por nove livros como resposta ao Comício, sendo que para cinco, criou o apoio social necessário para ação militar, como nos exemplos a seguir.

Os setores da direita brasileira rapidamente organizaram uma resposta ao comício do governo populista de Goulart. O governador Adhemar de Barros, de São Paulo, deputados, setores da igreja Católica, a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), a UDN, o PSD e movimentos femininos conservadores organizaram, no dia 19 de março, a Marcha da Família com Deus pela liberdade. Essa manifestação foi realizada em São Paulo e teve a participação maciça das classes médias paulistas. Ela criou o clima para a intervenção militar que acabaria com a "comunização" do Brasil. (História do mundo ocidental, p. 476)

As medidas "de esquerda" [comício] desagradaram aos conservadores. Em resposta, a direita deu início a uma série de manifestações, visando criar um clima propício à desestabilização do governo e à preparação de um golpe de Estado. Em São Paulo, saiu às ruas a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, da qual participaram milhares de pessoas. (História – Divalte, p. 374)

A narrativa escolar aponta o Motim dos Marinheiros e a presença de João Goulart na posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos como fatores de aglutinação dos militares para o golpe, por simbolizarem o apoio do presidente ao desrespeito dos subalternos à hierarquia militar.

Em onze livros, o golpe militar iniciou-se em Minas Gerais, liderado pelo general Olímpio Mourão Filho, dentre esses, quatro destacam a participação do governador Magalhães Pinto. Castelo Branco é apontado por dois manuais como líder do golpe, e em outros quatro é atribuída aos "militares" a ação de derrubada do presidente.

No geral, os livros destacam o envolvimento de parcela da sociedade civil na radicalização que desestabilizou o governo e que criou condições favoráveis para o golpe, como a atuação do IPES/IBAD, e ação do dia 31 de março é apontada como uma ação

exclusivamente militar. É interessante destacar que apenas quatro livros citam a participação dos Estados Unidos na derrubada de Goulart, fato que já é conhecimento acadêmico.

As justificativas mais comuns apresentadas para o golpe são o anticomunismo, em seis livros, a quebra da hierarquia e combate às propostas reformista, em quatro cada, e defesa da ordem e da democracia, constante em três.

Chamou-nos a atenção um livro que fez correlação entre as propostas de reforma do governo e a deposição de Jango:

Lembre-se! As propostas reformistas do governo de Jango foram mal recebidas pela elite política brasileira, o que contribuiu para a ascensão dos militares ao poder por meio do golpe de 1964. (História: das cavernas ao terceiro milênio, p. 142)

Se somarmos os quatro livros que apresentam o golpe como uma resposta às propostas reformistas do governo Goulart a outros quatro que não fornecem nenhuma explicação, mas que tratam da deposição de Jango imediatamente após citarem o Comício da Central e da Marcha da Família, podemos perceber o peso que o tema das reformas de base tem para a narrativa escolar, sendo superior ao tema do anticomunismo.

A narrativa escolar, no geral, apresenta a direita como radicalmente contra as reformas de base, em especial a agrária, sendo assim, quando João Goulart forçou a realização das mesmas acabou decretando sua própria deposição. Os eventos subsequentes, a Revolta dos Marinheiros e a participação do presidente na reunião no Automóvel Clube, serviram para aglutinar as forças armadas no movimento golpista.

Jango atemorizou a tal ponto a classe média, as elites e as Forças Armadas que acabou acelerando a conspiração que pretendia derrubá-lo. O golpe se articulava com base na ESG e tinha como líder o chefe do Estado-Maior do Exército, general Castelo Branco. (História geral e do Brasil, p. 158)

As Reformas de Base provocaram a reação das elites, principalmente do setor agrário e industrial. Essas elites, aliadas à classe média, organizaram várias manifestações contra o governo. A maior delas foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em 19 de março de 1964, que levou cerca de 500 mil pessoas às ruas de São Paulo.

Assim, a manifestação civil deu respaldo aos militares, que organizaram um golpe de Estado, deflagrado em 1º de abril de 1964, ocupando as ruas das principais cidades brasileiras. Deposto, João Goulart se refugiou no Rio Grande do Sul e, em seguida, no Uruguai. (Novo olhar história, p. 193)

Na realidade, ali começou o fim de seu governo [Comício da Central]. Na semana seguinte, cerca de 500 mil pessoas realizaram uma passeata em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, organizada por senhoras católicas conservadoras. O fato derradeiro foi a participação de Jango na assembléia de sargentos no Rio de Janeiro, que haviam se revoltado

por dias seguidos, causando temor na oficialidade das Forças Armadas.
(História: geral e Brasil, p 386)

No geral, os livros didáticos narram o governo de João Goulart como de permanente crise. A posse foi um momento crítico, a fase parlamentarista foi um artifício para garantir sua posse, sendo que a primeira medida tomada pelo presidente foi confabular para o retorno ao presidencialismo. Com os poderes restituídos, em meio a um clima polarizado, Jango forçou a realização da reforma agrária, que desagradou a direita e os militares, que se organizaram e depuseram o presidente.

As escolhas dos fatos apresentados constroem visão de fracasso pessoal de Goulart, do populista, do político manipulador que desencadeou sua própria derrota, sendo o golpe entendido como uma reação à guinada à esquerda do governo. Mais do que uma reação ao governo, o golpe é apresentado como resultado de ações erradas tomadas por João Goulart.

4 Conclusão

Em 24 de novembro de 2013, foi publicada no site da revista Carta Capital uma coluna de Vladimir Safatle, intitulada *As duas mortes de Jango*¹¹⁰, na qual o colunista discorre sobre a morte física de Goulart, muito provavelmente em decorrência da Operação Condor, e da morte simbólica imposta a João Goulart, sendo que a considera como o pior tipo de morte.

A morte simbólica é essa que atinge não o corpo, mas o nome. Ela é a eliminação também da memória das ações que tal nome representou. Por isso ela é a pior morte de todas. Nesse sentido, talvez ninguém na história brasileira tenha sido objeto de violência tão grande quanto João Goulart. Pois, para os militares, não bastava alijá-lo do poder. Era necessário criar a imagem de um presidente fraco, impopular, golpista, financiado pelo “ouro de Moscou”. Era necessário apagar os rastros da impressionante intervenção norte-americana na gestão do golpe brasileiro, a fim de dar a impressão de que a “revolução redentora” fora o resultado pura e simples da responsabilidade das Forças Armadas diante do chamado feito pela população brasileira nas ruas em decorrência do medo da ameaça comunista. (...)

A própria esquerda brasileira colaborou para tal esquecimento. Queria ver em Goulart um líder político incapaz de expressar as reais demandas daquele tempo de transformações. Ou seja, como se fosse um presidente fraco, sendo que talvez o verdadeiro defeito de Goulart tenha sido, simplesmente, a incapacidade de imaginar o pior. Incapacidade de acreditar que a direita era capaz de dar um golpe que duraria 21 anos, animada por uma fúria de destruição sem par.

João Goulart ficou esquecido da pesquisa acadêmica por muito tempo, apenas nos últimos dez anos que a historiografia vem se preocupando em analisar as implicações sobre sua trajetória política. Dentre esses citamos as importantes contribuições de Jorge Ferreira, Marieta de Moraes, Angela de Castro, Rodrigo Sá Motta, entre outros. Contudo, esses trabalhos são em pouco número e ainda não conseguiram desencadear um debate acadêmico mais amplo.

Do ponto de vista da memória social, talvez com a criação da Comissão Nacional da Verdade, e da decisão de investigar as causas da morte de Jango, surja um debate no país em torno de seu papel político e histórico. Esperamos que publicações, como a citada acima, sejam o início desse debate em âmbito nacional.

Por meio desse trabalho foi possível perceber que a imagem de João Goulart nos livros didáticos destinados ao ensino médio ainda é muito negativa, sendo sempre relacionado aos momentos de crise e a ações de fundo pessoal. O aumento do salário mínimo em 1954 é

¹¹⁰ Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/776/as-duas-mortes-de-jango-1198.htm>> Consultado em 09/03/2014.

interpretado como uma decisão pessoal de Jango, e a consequência foi sua demissão do Ministério do Trabalho. Em 1961 quase foi impedido de tomar posse como presidente, pois estava em viagem à China e apesar da radicalização social em 1964, insistiu em decretar a reforma agrária. Todas são ações de caráter pessoal, que acabaram desencadeando um processo de crise, e a última culminou com sua deposição.

A trajetória política de Goulart é recuperada e sempre associada ao populismo, e suas ações são vistas como manipulação dos anseios populares, seja o aumento do salário mínimo, o retorno ao presidencialismo e até mesmo a decretação da reforma agrária. Mas também é uma forma de justificar o golpe, uma espécie de tragédia anunciada. Em 1954, a insistência no aumento levou a sua demissão, em 1964, a reforma agrária levou ao golpe. Ou seja, de sua trajetória política são resgatados apenas os elementos que possam auxiliar a compreensão da oposição sofrida, e justificar as escolhas que implicaram no golpe militar.

Percebemos que os livros didáticos ainda analisam o governo de Goulart no bojo do processo que culminou com o golpe militar. Para isso são escolhidos para serem narrados os eventos críticos de 1964, o Comício, a Marcha da Família e o Golpe. Todo o período em que foi presidente está condensado nos dias que antecederam sua deposição. A fase parlamentarista, que foi a mais longa e com mais realizações, raramente é lembrada.

Se para a historiografia, em especial para Rodrigo Sá Motta, o anticomunismo é ponto que unificou a oposição a Goulart, ao analisarmos as fontes selecionadas chegamos a conclusões semelhantes a Mateus Pereira. Há nos livros duas explicações para o golpe, a primeira é a crise do populismo, para o qual a insensibilidade política de Jango em manter o equilíbrio entre as forças antagônicas, e a segunda é o golpe como resposta à política nacional, em especial à reforma agrária. Essas duas explicações não se opõem, pelo contrário, se complementam, a falta da sensibilidade para perceber a radicalização do período e a insistência em decretar a reforma agrária, algo que a direita era contra, provocou o golpe e encerrou o ciclo populista.

É interessante perceber que, em geral, os livros didáticos apresentam o golpe como resultado das decisões erradas do presidente, nesse sentido os golpistas teriam “apenas reagido” às ações de Goulart. A Marcha da Família clamou por uma ação dos militares, que ocorreu na primeira oportunidade.

Teria sido o golpe inevitável? A partir da história escolar, o ponto sem retorno foi a promulgação da reforma agrária, realizada no Comício da Central, que mobilizou toda a classe média e proprietários de terras em torno da Marcha da Família, criando o respaldo necessário para o golpe. Enquanto que para a historiografia a anistia concedida aos

marinheiros revoltosos e a participação do presidente na assembleia dos sargentos no dia 30 de março, foi o ponto crítico, por representar o apoio da Jango àqueles que desrespeitavam a hierarquia militar.

O populismo ainda é um conceito caro para a história escolar, presente em praticamente todos os livros analisados. É o elemento utilizado como plano de fundo para o período de 1945 a 1964, e em especial para a trajetória de Goulart. Mesmo aqueles livros que não usam diretamente o conceito para designar Jango, utilizam as características atribuídas ao líder populista para representá-lo. A personificação do poder e a manipulação, seja da política os dos anseios populares, são as características comumente associadas a ele. Dessa forma, cremos que não é errado afirmar que a principal representação de Goulart na narrativa escolar é a do líder populista.

Apesar do intenso debate acadêmico de crítica ao populismo, o mesmo continua forte em nossa sociedade, e os livros didáticos são apenas uma das fontes de perpetuação, é muito comum sua utilização nos meios de comunicação, em especial em períodos eleitorais, o que revela que ainda a muito a discutir sobre o tema.

Referências

Fontes

ALVES, Alexandre, OLIVEIRA, Letícia Fagundes. *Conexões com a História*. Ensino Médio – 3º Volume. São Paulo: Moderna, 2010.

AZEVEDO, Gislane Campos, SERIACOPI, Reinaldo. *História*. Ensino Médio – Volume Único. 1. ed. 3ª impressão. São Paulo: Ática, 2008.

_____. *História em movimento*. Ensino Médio – 3º Volume. São Paulo: Ática, 2011.

BRAICK, Patrícia Ramos, MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio*. Ensino Médio – 3º Volume. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

CATELLI JUNIOR, Roberto. *História: texto e contexto*. Ensino Médio – Volume Único. São Paulo: Scipione, 2007.

COTRIM, Gilberto. *História Global – Brasil e Geral*. Ensino Médio – Volume Único. 8. ed. 7ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2008.

FARIA, Ricardo de Moura, MIRANDA, Mônica Liz, CAMPOS, Helena Guimarães. *Estudos de história*. Ensino Médio – 3º Volume. São Paulo: FTD, 2010.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. *História*. Ensino Médio – Volume Único. 1. ed. 3ª impressão. São Paulo: Ática, 2008.

_____. *História em foco*. Ensino Médio – 3º Volume. São Paulo: Ática, 2011.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *História: geral e Brasil*. Ensino Médio – Volume Único. 2. ed. São Paulo: Atual, 2005.

PAZZINATO, Alceu, SENISE, Maria Helena. *História moderna e contemporânea*. Ensino Médio – Volume Único. São Paulo: Ática, 2007.

PEDRO, Antonio, LIMA Lizânias de Souza, CARVALHO, Yone de. *História do mundo ocidental*. Ensino Médio – Volume Único. São Paulo: FTD, 2005.

PEDRO, Antonio, LIMA, Lizânias de Souza. *História sempre presente*. Ensino Médio – 3º Volume. São Paulo: FTD, 2010.

PELLEGRINI, Marco Cesar, DIAS, Adriana Machado, GRINBERG, Keila. *Novo olhar história*. Ensino Médio – 3º Volume. São Paulo: FTD, 2010.

PETTA, Nicolina Luiza de, OJEDA, Eduardo Aparecido Baez, DELFINI, Luciano. *História: uma abordagem integrada*. Ensino Médio – Volume Único. São Paulo: Moderna, 2005. 1ª ed.

REZENDE, Antônio Paulo, DIDIER, Maria Thereza. *Rumos da história*. Ensino Médio – Volume Único. 2ª ed. São Paulo: Atual, 2005.

TEIXEIRA, Francisco. *Brasil: história e sociedade*. Ensino Médio – Volume Único. São Paulo: 2007.

VAIFAS, Ronaldo, FARIA Sheila de Castro, FERREIRA, Jorge, SANTOS, Georgina. *História: o mundo por um fio*. Ensino Médio – 3º Volume. São Paulo: Saraiva, 2010.

VICENTINO, Cláudio, DORIGO, Gianpaolo. *História geral e do Brasil*. Ensino Médio – 3º Volume. São Paulo: Scipione, 2012.

Bibliografia

ANSART, Pierre. Introdução e Os Imaginários Sociais. In: _____. *Ideologias, Conflitos e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, Introdução e Capítulo 1, p. 7-46.

BELO, André. *História & Livro e Leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

BERSTEIN, Sege. A Cultura Política. In: RIOUX, Sirinelli (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p.349-363.

BITTENCOURT, Circe. Livros e materiais didáticos de História. In: _____. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Ed. Cortez, 2004, 3ª parte, capítulo 1, p 295-324.

CHIRIO, Maud. *A Política nos Quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. In: *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.30, p. 549-566, set./dez. 2004.

DARTON, Robert. O que é a história do livro. *ArtCultura*. Urbelândia, v. 10, n. 16, p. 155-169, jan-jun, 2008.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e golpe de 1964: memória, história e historiografia. *Revista Tempo*. [Rio de Janeiro]. vol. 14. nº 28, p. 123-143, jun 2010. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v14n28a07.pdf>. Acesso em 28 out. 2013.

_____. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. *Revista Grafia*. Colômbia, v. 9, p. 175-191, 2012. Disponível em: <http://www.fuac.edu.co/recursos_web/descargas/grafia/grafia9/175-191.pdf>. Acesso em: 28 out. 2013.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Introdução e O Nome e a Coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 7-16 e 59-124.

FERREIRA, Marieta (Coord). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FICO, Carlos; et al (Orgs.). *40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

_____. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2012.

FREITAS, Itamar. Livro Didático de História: definições, representações e prescrições de uso. In: OLIVEIRA, Margarida; OLIVEIRA, Almir. *Livros didáticos de História: escolhas e utilizações*. Natal: EDUFRN, 2009, p. 11-19.

GALZERANI, Maria Carolina. Belas Mentiras? A ideologia nos estudos sobre o livro didático. In: PINSKY, Jaime. (Org.) *O Ensino de História e A Criação do Fato*. [São Paulo]: Ed. Conxtexto, [1988 ou 1990]. p. 105-109.

GATTI JÚNIOR, Décio. Da escola de elite à escola de massas. In: _____. *A escrita escolar da História: livro didático e ensino no Brasil (1970-1990)*. Bauru, SP: Edusc; Uberlândia: Edufu, 2004, capítulo 3, p. 195-234.

GOMES, Angela de Castro. Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores. In: FERREIRA, Marieta (Coord). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 31-56.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-57.

GOMES, Angela Maria de Castro. FERREIRA, Jorge. *Jango as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 55, p. 245-263, 2008.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNDL. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 48, p.123-144, 2004.

MOREIRA, Júlia; PEREIRA, Júnia. Do conteúdo à recepção: o guia do livro didático de história (2005/2008). In: *História e Ensino*. Londrina, v. 15, p. 67-82, 2009. Disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11429/10110> . Acesso em: 23 jan. 2013.

MOTTA, Rodrigo. A história política e o conceito de cultura política. ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/MG, X., 1996, Mariana. *Anais do X Encontro Regional de História* “Minas, Trezentos Anos: um balanço historiográfico”. p. 83-91. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/lph/images/stories/numero_6.pdf>. Acesso em 23 jan. 2013.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (Org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argymentvm, capítulo 1, p. 13-37.

_____. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou o ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Universidade São Francisco e Ed. Contexto, 1998. p. 271-296.

PEREIRA, Mateus; PEREIRA, Andreza. Entre loucos e fracos: Jânio Quadros e João Goulart em livros didáticos de história (1973-2006). *Cadernos de História*. Uberlândia, v. 15. n 1, p. 47-66, set.2006/set.2007, 2007.

_____. Os sentidos do Golpe de 1964 nos livro didáticos de história (1970-2000): entre continuidades e descontinuidades. *Tempo*. Niterói, vol. 15, n. 30, p. 197-220, 2011. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2011/04/v15n30a09.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

_____ ; HERMETO, Miriam. O ensino de história entre o dever de memória e o trabalho de memória: representações da Ditadura Militar em livros didáticos de história. *LPH: Revista de História*, [Mariana], vol. 19- 2, p. 63-98, [2009]. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/lph/images/stories/REVISTA_LPH_n_19_-_2.pdf>. Acesso em : 23 jan. 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Mudanças epistemológicas: a entrada em cena de um novo olhar. *História & Cultura*. São Paulo: Autêntica. 2005, capítulo III, p. 39-62.

RÉMOND, René. Uma história presente. In RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, capítulo 1, p. 13-36.

SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: AARÃO REIS, Daniel. FERREIRA, Jorge. (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007. p. 239-270.

SILVA, Helenice. A História como “A Representação do Passado”: a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, Ciro F.; MALERBA, Jurandir (Orgs.).

Representações: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000, capítulo 3, p. 81-99.